

# Acção Socialista

Nº 1219 - 5 Maio 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



## FERRO E ZAPATERO CONSOLIDAM BOAS RELAÇÕES



Eduardo Ferro Rodrigues, secretário-geral do PS, e José Luis Zapatero, primeiro-ministro de Espanha, encontraram-se em Lisboa no passado dia 4 de Maio. Para os socialistas portugueses, trata-se de um encontro cheio de significado. Zapatero simboliza a mudança e a vitória da transparência sobre a mentira e a arrogância da direita. Simboliza também a rejeição do belicismo e o respeito pelo direito internacional. Os bons ventos que sopram

de Espanha devem chegar a Portugal com as eleições europeias de 13 Junho, abrindo um novo ciclo de vitórias para o PS. É preciso mudar de políticas, porque as deste Governo de direita estão a adiar o futuro dos portugueses, a roubar-lhes direitos e qualidade de vida. Os portugueses precisam de voltar a ter esperança no futuro e a acreditar no desenvolvimento do país. Façamos todos de 13 de Junho o dia do cartão amarelo. 3

### EUROPEIAS

Lista de  
candidatos  
entregue no  
Tribunal  
Constitucional 4

### CONCERTAÇÃO SOCIAL

Mudar de  
políticas para  
dar confiança  
ao País 9

### PARLAMENTO ABERTO

Desemprego  
e saúde são  
prioridades da  
agenda do PS 10

### DESCENTRALIZAÇÃO

Confusão  
instalada 8

### ENTREVISTA

Mariano Gago:  
Falta uma  
política para  
a ciência 12

**JANTAR DE HOMENAGEM A  
CAMARADAS COM 30 ANOS DE  
MILITÂNCIA NO PS/AMADORA**

17 de Maio | Pavilhão da Associação Académica da Amadora

Com:  
Ferro Rodrigues  
António Costa  
Jorge Coelho  
Joaquim Raposo  
Ramos Preto



# A EUROPA NA GLOBALIZAÇÃO

O início deste novo século tem evidenciado de modo brutal o grande paradoxo do mundo de hoje. Por um lado, a afirmação unilateral do poderio de uma única hiperpotência, por outro, a emergência fragmentada e desregulada de poderes fácticos de âmbito global. Este é o paradoxo: uma só hiperpotência, múltiplos poderes fácticos que actuam à escala global. A simultaneidade destes fenómenos não é um acaso. O actual processo de globalização não se limita a globalizar mercados. Assente no desenvolvimento das tecnologias da informação e das comunicações, criou um espaço público global e está a gerar uma sociedade global. A globalização rarefez o poder político dos Estados-Nação e ainda não gerou um poder político global. Neste quadro desregulado, florescem as redes de poderes fácticos, sejam dos especuladores financeiros, sejam dos terroristas da rede Al-Qaeda, do mesmo passo que se acentua a afirmação unilateral do único Estado-Nação que se erigiu em hiperpotência.

Os acontecimentos do último ano tornaram patente, para quem ainda tinha dúvidas, da real impotência da "hiperpotência" para enfrentar unilateralmente os desafios à escala global. E a solução também não passa pelo regresso ao isolacionismo e ao protecçãoismo global. A globalização não se trava, como não se trava o vento, mas deve ser gerida, como o vento pode ser gerido, de modo a aproveitar todas as suas potencialidades e a prevenir e corrigir os seus efeitos negativos.

A sociedade global tem de ter uma organização global. De base multilateral e à escala mundial. E, por isso, a reforma das organizações internacionais, como as Nações Unidas, o Banco Mundial, o FMI, a OIT, ou a criação de uma nova organização internacional na área ambiental, é essencial.

Mas a organização da sociedade global exige também a estruturação de grandes espaços regionais. A União Europeia é por isso vital. Desde logo, porque é uma experiência notável de integração regional. Assegurou a paz num continente longa e ciclicamente devastado pela guerra entre os seus Estados-membros. Construiu um modelo social que permitiu elevados níveis de coesão e os melhores índices de desenvolvimento humano. Gerou um mercado próspero e uma economia dinâmica e competitiva.

A UE é um modelo de sucesso de integração de Estados Nações com profundas raízes históricas, ciosos da sua identidade, capazes de construir uma união de Estados e povos, que soube evoluir de uma união aduaneira para um mercado único e uma união monetária, e que ensaia a construção de uma união política.

O reforço da UE, por via do alargamento e do aprofundamento da união

política, é da maior importância. Desde logo, para reequilíbrio do poder no mundo. Não como alternativa ao poder dos EUA. Mas para que seja possível uma parceria entre iguais na relação transatlântica. Mas também para que a UE se constitua como um novo pólo de racionalização do espaço global, capaz de ser um pilar sólido de novas pontes que importa construir, com os países da bacia mediterrânica, com o MERCOSUR, com a Ásia ou a África.

Mas a UE é vital para os próprios europeus, para que possamos enfrentar com sucesso os desafios que a globalização nos coloca. E o maior desafio é o de assegurar a sustentabilidade e a modernização do modelo social europeu. Foi este modelo social que permitiu atingir os índices europeus de desenvolvimento humano e coesão social. Mas foi também este o modelo social que criou o maior mercado, o mercado mais próspero e exigente, com mais altos padrões de segurança e qualidade.

Importa garantir a sustentabilidade e modernização deste modelo. Não na postura defensiva, da defesa de "conquistas irreversíveis". Não. É preciso modernizá-lo. Há novas formas de organização familiar que têm de ser consideradas. Há novas formas de organização do trabalho ou de formação ao longo da vida, que não podem ser ignoradas. Há novas eventualidades a enquadrar. Há um novo quadro demográfico que exige ser tido em conta. Há, em países como Portugal, um grande esforço de convergência a realizar.

A sustentabilidade e modernização deste modelo social exige da Europa um grande esforço para a concretização do grande objectivo estratégico definido, sob presidência portuguesa, na Cimeira de Lisboa: "Tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social".

A Europa construída com este modelo social é a Europa de uma economia competitiva assente na qualidade e na inovação. Por isso, a Europa representa 41 por cento das exportações mundiais, contra 16 por cento dos EUA. Por isso, o investimento directo estrangeiro na Europa criou um milhão de postos de trabalho entre 1998 e 2001. Por isso, o emprego industrial reduziu, na última década, 5 por cento na Europa, contra 15 por cento nos EUA e 20 por cento no Japão. Por isso, a Alemanha aumentou, em 2003, 26 por cento as suas exportações para a China.

A resposta da Europa ao desafio da globalização não pode ser uma estratégia de regressão social. Seria fatal para quem quer vencer na economia do conhecimento. É essa a grande resposta da Estratégia de Lisboa.



**ANTÓNIO COSTA**

*Mas a UE é vital para os próprios europeus, para que possamos enfrentar com sucesso os desafios que a globalização nos coloca. E o maior desafio é o de assegurar a sustentabilidade e a modernização do modelo social europeu*

## CINCO VÍRGULA TRÊS! UM DÉFICE .... DOS DIABOS!!!

ANTOONIO COLAÇO



## FERRO COM ZAPATERO

# REUNIÃO DE AMIGOS CONSOLIDA BOAS RELAÇÕES

A polémica em torno da crise do Iraque não vai ensombrar as relações entre Lisboa e Madrid. Esta a conclusão do encontro entre Ferro Rodrigues e José Luís Rodríguez Zapatero, que decorreu, ontem, na residência oficial do embaixador espanhol, em Lisboa.

Para o líder dos socialistas portugueses, "O PSOE resolveu a questão iraquiana de uma forma rápida e acertada, constituindo um bom exemplo". Mesmo discordando da actuação do Governo português nesta matéria, Ferro assegurou que "o PS quer dar um contributo positivo para a continuidade das boas relações entre Portugal e a Espanha".

No final da "reunião de amigos", o secretário-geral do PS saudou mais uma vez o seu homólogo do PSOE "pela grande alegria que deu aos socialistas portugueses com a vitória que obteve nas legislativas do país vizinho", tendo aproveitado para reiterar a posição de princípio do PS sobre o Iraque: "Sem um mandato da ONU é fundamental que as forças portuguesas deslocadas regressem", ao mesmo tempo que frisava a responsabilidade do Governo português, e particularmente do primeiro-ministro, no seguidismo belicista.

Ferro disse ainda ter abordado com Rodríguez Zapatero "temas importantes para Portugal, Espanha, para a União Europeia e o Mundo". Além da questão iraquiana, foi também focado o recente alargamento da UE e as relações bilaterais



entre os dois países, bem como as relações entre ambos os partidos socialistas.

Sobre a relação com o PSOE, Ferro manifestou a sua convicção de que esta se manterá "forte" e "com tendência a intensificar-se", sobretudo num contexto de proximidade das eleições para o Parlamento Europeu.

Questionado sobre a candidatura de António Vitorino à presidência da Comissão Europeia, o secretário-geral

afirmou ter percebido da parte de Zapatero "total disponibilidade para apoiar este designio português", mas escusou-se a adiantar mais por considerar que cabe ao primeiro-ministro Durão Barroso fazer as declarações sobre este assunto.

A reforma do pacto de estabilidade e a gestão mais humana dos investimentos públicos ao nível europeu estiveram também entre os temas do encontro, a propósito do qual o Ferro lembrou que "sem crescimento não há estabilidade".

Presente no palacete da Praça de Espanha esteve igualmente o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, que, em declarações aos jornalistas, saudou também a reconquista do poder pelo PSOE e aquilo que catalogou como "o facto mais importante de justiça internacional dos últimos tempos".

"José Luís Rodríguez Zapatero soube separar o trigo do joio", considerou, aludindo à decisão da retirada dos militares

espanhóis do território iraquiano.

É que, explicou, "para um lado, pôs o trigo, ao afirmar com clareza e determinação o seu apoio à luta contra o terrorismo e, do outro, deixou o joio, que consistiu em não confundir esse combate com o uma invasão ilegal".

"A guerra do Iraque foi uma aventura baseada num erro ou num engano", o que, em qualquer caso, "tem servido o terror". Depois de reafirmar a importância do reforço do papel da UE no processo de estruturação de uma nova ordem internacional, Guterres manifestou a total sintonia entre o PSOE, o PS e a IS.

Destaque-se que o primeiro-ministro espanhol, José Luís Rodríguez Zapatero, realizou ontem uma curta visita a Lisboa para conversações com o Governo português sobre a futura Constituição europeia, a situação no Iraque e questões bilaterais, como o mercado ibérico de energia eléctrica (Mibel), o plano hidrológico espanhol e as ligações ferroviárias entre os dois países. Zapatero reuniu-se a meio da tarde com Durão Barroso, um encontro cuja parte final foi alargada aos respectivos ministros dos Negócios Estrangeiros.

O presidente do Governo espanhol foi depois recebido em audiência pelo Presidente da República, Jorge Sampaio. O programa de Zapatero em Lisboa terminou com os encontros com Ferro Rodrigues e António Guterres, após os quais regressou a Madrid.

MARY RODRIGUES

## SOUSA FRANCO

# FALTA À MINISTRA DAS FINANÇAS IMAGINAÇÃO PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO

O nome de Deus não pode ser invocado em vão, afirmou o cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu, Sousa Franco, em resposta a uma tirada de mau gosto da ministra das Finanças, que misturou a religião e política de uma maneira muito duvidosa para criticar a governação do PS. Para o ex-ministro socialista, a ministra das Finanças não tem tido imaginação para relançar o desenvolvimento.

"No desespero em que está, ela invocou o nome de Deus em vão, o que é muito mau", considerou Sousa Franco, que falava em Resende, no âmbito de uma visita ao distrito de Viseu, que incluiu também a passagem pelos concelhos de Cinfães, Lamego e Tarouca. Também o número dois da lista, António Costa, esteve presente nesta acção de campanha, que contou ainda com a presença dos deputados José Junqueiro e Miguel Gíngel e com o presidente da Câmara de Resende, António Borges.

"São os portugueses – porque Deus não

se mete na política – que vão dar-lhe resposta e obrigar o Governo a mudar de política", disse, acusando a ministra das Finanças de, depois de ter gerado desespero nos portugueses, estar ela agora desesperada perante a possibilidade de um mau resultado eleitoral nas eleições de 13 de Junho.

Para Sousa Franco, a defesa de a ministra faz das suas políticas económicas, mais não é do que uma tentativa de "justificar o injustificável".

"A ministra diz e faz coisas que não devia", considerou, lamentando que tenha feito comentários sobre matérias delicadas e sensíveis, como as taxas de juro, falências de empresas e níveis de desemprego. "Comentários sobre estas matérias são muito irresponsáveis, dado que é o mercado que fixa as taxas de juro em função da situação económica", afirmou.

O cabeça de lista socialista acusou a ministra de ter enganado os portugueses e considerou que, se os socialistas



Depois de ter gerado o desespero dos portugueses, é agora a vez do Governo estar a desesperar com o previsível mau resultado da coligação da direita nas europeias

estivessem no poder, nada disto teria acontecido. "As políticas seriam diferentes, haveria investimento público, a recessão seria suportada de outra maneira", afirmou, acrescentando que Ferreira Leite só contribuiu para aumentar a desconfiança dos portugueses e, assim, afundar o consumo e o investimento.

O ex-ministro das Finanças do PS acusou também este Governo de ser o responsável pelas falências que acontecem no país e lembrou que a maior descida das taxas de juro desde o 25 de Abril ocorreu durante a governação socialista, que soube implementar as políticas certas.

"Tem faltado à ministra imaginação para relançar a economia portuguesa, criar desenvolvimento e para combater o desemprego".

Para Sousa Franco, "a mudança de política é uma necessidade" e pensa que com o resultado destas eleições, "sem colocar em risco a estabilidade, a própria maioria vai perceber que tem de mudar a política económica e social".

## SOCIALISTAS COM EMBAIXADORES DOS NOVOS ESTADOS-MEMBROS

Ferro Rodrigues, Sousa Franco, António Costa e Ana Gomes, em nome do PS, ofereceram um jantar aos embaixadores dos dez países que no passado dia 1 de Maio aderiram à União Europeia e que serviu como gesto simbólico de saudação e alargamento.

À entrada para o jantar, Ferro Rodrigues exortou os novos Estados-membros a aprender com os "erros" de Portugal e a "aproveitar os fundos comunitários para investir na educação".

Segundo afirmou, a adesão de Portugal à União Europeia permitiu aumentar o crescimento económico e investir os fundos estruturais. "Os novos Estados-membros devem aprender com o que fizemos bem, mas também com o que fizemos mal", disse.

Para Ferro Rodrigues, "a qualificação dos portugueses é hoje muito maior do que era antes de estarmos na UE, mas ficou muito aquém do que poderia estar".

"Há em Portugal uma cultura que torna muito difícil fazer perceber às pessoas, instituições e mesmo às famílias, a importância de investir na educação, na formação, na qualificação", rematou.



## LISTA DE CANDIDATOS DO PS AO PE ENTREGUE NO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

A lista dos candidatos do Partido Socialista às eleições para o Parlamento Europeu foi ontem entregue no Tribunal Constitucional pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, acompanhado pelo mandatário nacional, Mário Soares, e pelo cabeça-de-lista, Sousa Franco.

A lista socialista, conforme afirmou Ferro Rodrigues quando a apresentou publicamente no Porto, é "uma excelente equipa que irá lutar por uma Europa e por um Portugal melhor".

Trata-se de uma lista de pessoas competentes em diversas áreas, como a economia, justiça e assuntos internos, política externa, política regional, agricultura, cultura, emprego, entre outras, e reflecte uma preocupação de ter uma representatividade a nível regional, não obstante tratar-se de uma eleição nacional. Como disse Ferro Rodrigues, "todos vão dedicar-se, em Bruxelas, como em Portugal, ao combate político".

O convite para mandatário nacional a Mário Soares foi conhecido este fim de semana, tendo a entrega da lista sido o seu primeiro acto oficial. A escolha do ex-Presidente da República, fundador do PS e actual eurodeputado, pretende sublinhar o europeísmo que sempre foi a marca do PS e traduzir uma ideia de continuidade. No próximo domingo, no dia da Europa, Mário Soares discursará por ocasião da sessão solene em que será apresentado o manifesto eleitoral do PS e os mandatários nacionais, cerimónia que decorrerá no Pavilhão de Portugal, em Lisboa.

A entrega da lista no Tribunal Constitucional foi uma oportunidade para tanto Mário Soares como Sousa Franco tecerem alguns comentários. O ex-Presidente da República considerou que ser mandatário não representa "vida política activa". "Os mandatários são pessoas que já estão na reforma. Sempre foi assim". Sobre o cabeça de lista,

revelou que conversou com Sousa Franco para o convencer a aceitar ser candidato, "o que não foi fácil".

Por sua vez, Sousa Franco fez declarações noutra sentida, criticando aquilo que considera ser "um desvio na campanha eleitoral para o debate pessoal", por Durão Barroso se ter referido negativamente a ele na Assembleia da República, na semana passada, durante o debate mensal, dedicado ao alargamento da União Europeia.

Sousa Franco classificou os ministros e dirigentes da coligação que têm feito alguns ataques como "pessoas desorientadas que sentem que têm o chão a fugir-lhe dos pés".

"É necessário que esta seja uma campanha séria", em que se discuta a Europa e a situação do país, porque o PSD e o PP ainda não contribuíram com uma única ideia sobre a Europa".

PP

## DIÁLOGO DE GERAÇÕES ENTRE SOARES E SOUSA PINTO

"Diálogo de gerações", da autoria de Mário Soares e Sérgio Sousa Pinto, é o título do livro, em forma de entrevista mútua e cheio de provocações de parte a parte, que ontem foi lançado publicamente em Lisboa, numa sala repleta.

Na mesa dos autores estavam nomes de peso, como Eduardo Lourenço, Gomes Canotilho e Francisco Louçã, tendo todos eles apresentado a sua leitura do livro, com abordagens ricas e diversificadas. Referência para a presença de Ferro

Rodrigues, Sousa Franco e António Costa. O livro nasceu de uma ideia simples, revelou Mário Soares: E porque não gravar as conversas que ele e Sousa Pinto tinham constantemente no Parlamento Europeu, um lugar onde tudo se discute?

"Acreditamos na democracia, no socialismo e na Europa", disse Soares, acrescentando que são do tipo de pessoas que consideram que o mundo é transformável. Na opinião dos autores, nesta complexa era da globalização, a Europa é o instru-

mento que tem melhores condições para mudar o mundo, tornando-o mais justo e pacífico. Entre os temas abordados, destaca-se para a Europa, o socialismo, a globalização, a democracia, o mundo e Portugal. "Um livro para ler, discutir e contestar", frisou Mário Soares.

Entretanto, com a presença dos autores, o livro vai também ser apresentado no Porto (dia 5), Aveiro (6), Coimbra (7), Setúbal (13), Guimarães (14), na Feira do Livro de Lisboa (23) e Évora (28).

### CANDIDATOS EFECTIVOS AO PARLAMENTO EUROPEU



**António Sousa Franco**  
Professor Universitário;  
Pres. dos Cons. Científico e Directivo da FDL; Independente



**António Costa**  
Advogado  
Líder parlamentar;  
Deputado por Leiria



**Ana Gomes**  
Embaixadora Secretária Nacional para as Relações Internacionais



**Francisco Assis**  
Professor universitário  
Presidente da Federação do Porto; Deputado pelo Porto



**Elisa Ferreira**  
Economista  
Deputada por Braga; Independente



**Paulo Casaca**  
Economista  
Eurodeputado



**Sérgio Sousa Pinto**  
Jurista  
Eurodeputado



**Fausto Correia**  
Jurista  
Deputado por Coimbra



**Edite Estrela**  
Linguísta  
Deputada por Lisboa



**Capoulas Santos**  
Sociólogo  
Deputado por Évora



**Jamila Madeira**  
Economista  
Secretária-geral da JS; Deputada por Faro



**Emanuel Jardim Fernandes**  
Advogado  
Dirigente do PS/ Madeira



**Manuel dos Santos**  
Economista  
Eurodeputado



**Joel Hasse Ferreira**  
Engenheiro Civil  
Deputado por Setúbal



**Armando França**  
Advogado  
Presidente da Câmara de Ovar



**António Braga**  
Licenciado em Filosofia  
Deputado por Braga



**Idália Moniz**  
Empresária  
Vereadora da CM Santarém



**Maria do Carmo Sequeira**  
Licenciada em Administração Escolar  
Presidente da Câmara de Vila Velha de Rodão



**António Martinho**  
Professor de História  
Ex-deputado por Vila Real



**Marcos Perestrello**  
Gestor  
Dirigente da FAUL



**Bruno Viriato Veloso**  
Estudante de Electrónica e Telecomunicações  
Dirigente da JS de Bragança



**Célia Pessegueiro**  
Assessora do Grupo Parlamentar do PE; ex-deputado



**Maria do Carmo Borges**  
Professora de Educação Física  
Presidente da Câmara da Guarda



**Adriano Pimpão**  
Professor universitário;  
Presidente do Conselho de Reitores; Independente

### CANDIDATOS SUPLENTES



**Maria João Rodrigues**  
Professora universitária; Independente



**Jorge Bateira**  
Professor



**Fernando Manata**  
Advogado



**Mariana Franco**  
Directora do "Jovem Socialista"



**Paulo Pisco**  
Assessor do Grupo Parlamentar do PE; ex-deputado



**Jorge Martins**  
Presidente da Câmara de Gavião



**António Ribeiro Mendes**  
Médico



**Maria José Guerra**  
Professora



# ABRIL É REVOLUÇÃO

**A exaltação dos valores da democracia e uma forte constatação à política económica e social do Governo marcaram os 30 anos do 25 de Abril. As comemorações tiveram o seu ponto alto na sessão solene na Assembleia da República e no desfile na Av. da Liberdade. Um dia que ficou também assinalado por uma grande participação popular nos festejos em todo o país, como não se via há muitos anos, e por uma monumental vaia a Portas e Durão quando assistiam a uma parada militar.**



A forte adesão ao tradicional desfile da Av. da Liberdade significa a determinação dos portugueses de vencer a crise e mostrar o seu inconformismo face às políticas do Governo

"Realizar a justiça social, consolidar o espírito de serviço público, reforçar os direitos sociais continua a ser um imperativo do 25 de Abril", referiu, sublinhando que "não podem privatizar-

se serviços públicos que fazem parte da definição da própria essência do Estado". E acrescentou: "O Estado não pode passar à clandestinidade, o Estado não pode autoprivatar-se".

Quanto à descentralização - outra dimensão fundamental da revolução - "feita através da consolidação das autonomias regionais dos Açores e da Madeira e do poder autárquico democrá-

## SAMPAIO ARRASA GOVERNO

No discurso que efectuou no Parlamento, na sessão solene comemorativa dos 30 anos do 25 de Abril, o Presidente da República, Jorge Sampaio, teceu duras críticas às opções do Governo em matéria de política económica, sublinhando que a crise orçamental está por resolver, o desemprego, em particular o de longa duração, continua a aumentar e Portugal corre o risco de criar "fracturas e tensões sociais", que colocarão em causa "a coesão social mínima".

Referindo que "o desequilíbrio orçamental é uma importante restrição ao crescimento económico e precisa de ser bem e consolidadamente corrigido", Jorge Sampaio advertiu que "sem crescimento, para além da redução do défice público se tornar mais difícil, não há suficiente criação de emprego, não há aproximação ao nível de vida europeu e é mais difícil realizar a coesão e justiça sociais".

Prosseguindo no seu arraso à estratégia seguida pelo Governo, o Presidente da República frisou que "não é suficiente reconhecer a indiscutível necessidade de reduzir o défice público e continuar

à espera da recuperação da economia europeia", defendendo que Portugal tem de "assumir uma estratégia de desenvolvimento a médio prazo, com objectivos claros e motivadores".

Jorge Sampaio sublinhou ainda que "na nova economia o que conta não é a mão-de-obra barata, mas a qualificação dos recursos humanos e formação técnica", concluindo, por isso, ser necessário que a aplicação da "Estratégia de Lisboa seja uma prioridade nacional", de forma a aumentar a produtividade e a competitividade.

No seu discurso, interrompido frequentemente pelos aplausos da bancada socialista e de outras forças da oposição perante o indistigável incómodo dos membros do Governo presentes, o chefe de Estado alertou ainda para os perigos da concentração da propriedade dos meios de Comunicação Social e para a necessidade de as Nações Unidas terem um papel central no Iraque, salientando, a propósito, que "a História registará razões e erros e julgará a decisão que conduziu a uma intervenção militar, assente numa contestada doutrina de guerra preventiva".

tico", o deputado socialista referiu que "é uma das grandes transformações operadas pelo 25 de Abril, renovando a tradição portuguesa das liberdades locais".

Alegre referiu ainda a "dimensão da paz", sublinhando que "o 25 de Abril fez-se contra a guerra". Por isso, adiantou, "não podemos estar de acordo que o nosso país tenha decidido apoiar uma decisão unilateral de guerra, à margem das Nações Unidas e do Direito Internacional".

## Forte presença socialista no desfile da Avenida

À tarde, dezenas de milhares de pessoas participaram no desfile entre o Marquês de Pombal e o Rossio, aproveitando para manifestar o seu descontentamento ao Governo pela actual situação de crise em que o país se encontra mergulhado e os ataques continuados aos direitos sociais e laborais conquistados com a Revolução. Entre a multidão, destaque para uma forte presença de socialistas como Ferro Rodrigues, Mário Soares, Manuel Alegre, Pedro Adão e Silva, Jamila Madeira, Manuel Maria Carrilho, João Soares, José Leitão, entre muitos outros dirigentes e militantes.

Para Ferro Rodrigues, a forte adesão ao desfile revela o sentimento de determinação e inconformismo dos portugueses perante a "crise económica, o desemprego e a incapacidade de reformas".

Entretanto, ainda no âmbito das comemorações do 30º aniversário do 25 de Abril, o Presidente da República agradeceu com a Ordem da Liberdade diversas personalidades socialistas e de outros quadros políticos que se destacaram na luta antifascista e na defesa das ideias democráticas, numa cerimónia que decorreu no Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações.

Entre os medalhados com a Ordem da Liberdade contam-se os socialistas Almeida Santos, António Arnaut, António Reis, Fernanda Lopes Cardoso, Jaldís Barreto e Maria Antónia Palla.

J. C. C. B.

# O 1º DE MAIO MAIS DIFÍCIL DOS 30 ANOS DE DEMOCRACIA

**O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, afirmou que os trabalhadores portugueses estão a comemorar o "1º de Maio mais difícil dos últimos 30 anos", face ao aumento exponencial do desemprego, perda de poder de compra e ataques aos direitos sociais, sob o pano de fundo de uma profunda crise económica.**



As declarações de Ferro Rodrigues foram proferidas na festa do 1º de Maio promovida pela UGT, depois de ter visitado a concentração da CGTP-IN e cumprimentado o seu líder, Carvalho da Silva, tendo a seu lado Carlos Trindade,

dirigente da Corrente Sindical Socialista da central da Vítor Cordon. Acompanhado pelos dirigentes socialistas Vieira da Silva, Rui Cunha, Pedro Adão e Silva, Ana Gomes, Maria de Belém, Ana Benavente, Miguel

Coelho, José Leitão e Artur Penedos, o secretário-geral do PS começou por sublinhar a importância do alargamento da União Europeia a mais dez Estados-membros, advertindo no entanto que o mesmo "não pode servir para restringir os direitos sociais dos trabalhadores da Europa".

"Este é um 1º de Maio de festa, mas também de reflexão e de combate político. É o 1º de Maio mais difícil dos últimos 30 anos, com o crescente desemprego, perda de poder de compra, fenómenos que estão a ter graves consequências na nossa economia", acrescentou Ferro Rodrigues.

Segundo o líder socialista, o Governo, "ao ter como único objectivo o combate ao défice público, deixou o país em pior situação do que em 2001", sublinhando que o primeiro-ministro reconheceu no

debate mensal na Assembleia da República que o défice real é de 5,3 por cento.

Por sua vez, João Proença, líder da UGT, acusou o Governo de "nada fazer" para combater o desemprego, que "atinge níveis insustentáveis", e "cortar no investimento e nos salários dos trabalhadores", sob o pano de fundo de "uma clara crise económica e social" e de "falta de confiança no futuro".

Por isso, disse, são necessárias "políticas diferentes" que promovam "um efectivo combate ao desemprego", o "crescimento económico", o "aumento real dos salários e pensões", e que apostem em "serviços públicos de qualidade" e "empresas competitivas, na base de um trabalho mais qualificado".

Por sua vez, o líder da Corrente Sindical Socialista da CGTP, Carlos Trindade, salientou que a forte participação popular registada neste 1º de Maio "é reveladora do grande descontentamento com a actual situação política, económica e social, com o aumento exponencial do desemprego, perda do poder de compra e ataques aos direitos sociais".

Por outro lado, Carlos Trindade manifestou a sua satisfação por Ferro Rodrigues ter comparecido pelo terceiro ano consecutivo nas comemorações das duas centrais sindicais, frisando que é "uma posição coerente do secretário-geral de um partido de esquerda que tem como um dos objectivos centrais a melhoria das condições de vida dos trabalhadores".

J. C. C. B.

## FOGOS FLORESTAIS

## MAIORIA É APENAS O BIOMBO DA ACÇÃO DO GOVERNO

A recusa da criação de uma comissão parlamentar eventual de acompanhamento das medidas de prevenção e combate aos fogos florestais levou o deputado socialista José Miguel Medeiros a afirmar que fica "claro" aos olhos do país que a "maioria apenas está preocupada em servir de 'biombo' à acção do Governo".

Ao intervir durante o debate da proposta socialista, José Miguel Medeiros sublinhou que "a eficácia de qualquer estratégia de defesa da floresta contra incêndios, depende de uma prevenção eficaz e exige o envolvimento dos diferentes agentes do sector e a capacidade de coordenar a sua acção".

Assim, aproximando-se mais um Verão e, com ele, "o risco acrescido de incêndios florestais", o deputado do PS considerou "indispensável que as medidas propostas pelo Governo, tanto no domínio agro-florestal e do ordenamento do território como da protecção civil e do socorro, sejam concretizadas em tempo útil".

Neste contexto, sustentou, "o Governo não pode nem deve alhear-se do importante designio nacional que constitui a defesa e a valorização do nosso património florestal". Para José Miguel Medeiros, a criação da comissão proposta pelo PS serviria para que a Assembleia da República seguisse de perto "a concretização das suas próprias



O Governo deve actuar em tempo útil para prevenir os fogos florestais do Verão

recomendações".

Referindo que "começa a instalar-se, em todos os sectores, desde a Liga dos Bombeiros Portugueses até às organizações ambientais, um indistigável temor de que em 2004 se possa repetir a tragédia de 2003 se, entretanto, não se arrear caminho", o deputado socialista salientou que a proposta em debate representa um "esforço do PS" no sentido de contribuir para a resolução de "um gravíssimo problema nacional".

Por sua vez, Capoulas Santos acusou o Governo de "ter medo" da proposta de comissão de acompanhamento do PS. "Compreendo o embaraço do sr. secretário de Estado perante esta proposta. Têm medo de ser acompanhados, têm medo de ser fiscalizados, porque nada fizeram em dois anos", disse.

O deputado e antigo ministro da Agricultura socialista sublinhou ainda que o Governo adiou as "três medidas mais emblemáticas" da reforma florestal prometidas para o fim de Janeiro: a criação de uma conta de gestão florestal, sanções para o abandono da floresta e as formas de intervenção do Estado em substituição dos proprietários.

"Esta é a principal razão porque queremos fiscalizar daqui para o futuro", sublinhou.

J.C.C.B.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2004

## GRANDE DERRAPAGEM NA DESPESA E INVERSÃO DO SALDO DA SEGURANÇA SOCIAL

O "fracasso da execução orçamental" está patente nos dados apresentados, no passado dia 15 de Abril, pela Direcção-Geral do Orçamento e que apontam, segundo denunciaram os deputados socialistas, para "uma grande derrapagem da despesa corrente" e para "uma inversão do saldo da segurança social".

"O défice acumulado do Estado no primeiro trimestre de 2004 representa um agravamento de 12 por cento em relação à meta implícita na previsão orçamental", destacou João Cravinho, em conferência de Imprensa, no Parlamento, na quinta-feira, 22 de Abril, onde também frisou como sendo "ainda mais grave" que seja o valor de "920 milhões de euros do saldo primário" em Janeiro, Fevereiro e Março, "superior ao previsto no OE 2004 para a totalidade do ano", ou seja, 820 milhões de euros.

"A despesa corrente, com um aumento de 462,5 milhões de euros" no mesmo período em relação ao período homólogo de 2003 "ilustra o completo descontrolo da despesa, porque já excede em 34,9 milhões de euros o acréscimo de despesa corrente previsto no OE 2004 para a totalidade do ano", explicou.

Para Cravinho, "a Direcção-Geral do Orçamento tenta escamotear esta situação ao dividir a despesa de 2003 e 2004 em despesa do ano e despesa de anos anteriores, fazendo a análise comparando apenas a despesa do ano", concluindo assim que "existe um grave descontrolo

nas finanças públicas".

"Os valores da despesa inscritos no Orçamento do Estado para 2004 vão ser ultrapassados" e "o Fundo Monetário Internacional, bem como a Comissão Europeia têm razão ao prever que o défice de 2004 será superior a 3 por cento" do Produto Interno Bruto (PIB), afirmou o deputado, acrescentando que "os erros de previsão cometidos por este Governo em matéria de gastos com o subsídio de desemprego, por exemplo, ultrapassam os limites do aceitável".

João Cravinho referiu que o acréscimo da despesa com este subsídio nos três primeiros meses de 2004 "representa já 55,1 por cento do valor do aumento previsto para a totalidade do ano".

O parlamentar do PS sublinhou igualmente "a tendência de quebra" no saldo da Segurança Social que, defendeu, "difícilmente poderá ser invertida até ao final do ano", uma vez que "o valor inscrito no OE 2004 pressupõe um acréscimo de 77 por cento em relação à estimativa de execução de 2003" e o saldo de execução orçamental de Fevereiro foi encerrado "com menos 38,7 por cento que em igual período do ano passado".

"A despesa corrente primária teve um acréscimo de 538,4 milhões de euros nos primeiros três meses de 2004, muito próximo do previsto pelo OE 2004 para a totalidade do ano: 587,2 milhões de euros", disse Cravinho, secundado por Eduardo Cábrita, para quem "as exporta-

ções não estão a seguir o que o Governo previu".

"Estão a gerir isto da pior forma possível, pelo método de subida das exportações, dependente da evolução económica de outros países, como os Estados Unidos", completou o deputado Joel Hasse Ferreira.

"As possibilidades de recorrer a operações extraordinárias estão a esgotar-se e o FMI já veio considerar que não há qualquer estruturação sólida das finanças públicas", adiantou ainda João Cravinho, responsabilizando o Executivo azul/laranja "pela redução do consumo privado e da procura interna e pelo aumento do desemprego".

"O Governo está a afundar o país", acusou o deputado, referindo ainda que o Executivo, apesar dos debates mensais do primeiro-ministro no hemiciclo de São Bento, "ter um comportamento anti-democrata e tratar a Assembleia da República como mera caixa de ressonância".

"O primeiro-ministro e a ministra das Finanças têm total desprezo pelo Parlamento. Durão Barroso, como têm dito algumas colunas de opinião de jornais, vem cá muito mas não diz nada. Vem para confraternizar, naturalmente com a sua bancada", rematou Cravinho, referindo-se aos dados sobre finanças públicas que, lembrou, não foram enviados aos deputados.

MARY RODRIGUES

## FINANÇAS PÚBLICAS

## PROTESTO SOCIALISTA CONTRA FALTA DE TRANSPARÊNCIA GOVERNATIVA

O PS apresentou, na Assembleia da República, um voto de protesto pelo facto do Governo ainda não ter entregue ao Parlamento, conforme solicitado, o documento que terá sido entregue ao antigo comissário europeu Pedro Solbes e que já tinha sido solicitado pelo presidente do Grupo Parlamentar socialista, António José Seguro.

"A razão que originou a proposta da Comissão de pôr termo (e bem) ao procedimento relativo ao défice excessivo está no referido documento até agora secreto, e não na autopropaganda de consolidação orçamental, que segundo a própria Comissão e os serviços do FMI, não foi atingida", afirmam, peremptórios, os deputados socialistas.

O protesto socialista manifesta-se veementemente contra o facto do Executivo se recusar a constituir uma comissão para a análise das contas públicas do ano passado, aplicando para tal "os mesmos critérios utilizados face às contas de 2001".

De igual modo, as "alterações constantes das previsões relativas às finanças públicas" que o Governo submete ao Parlamento e à Comissão Europeia constituem matéria para o protesto do PS.

Essas alterações efectuadas no Programa de Estabilidade e Crescimento e nos instrumentos orçamentais, reivindicavam os socialistas no seu texto, "afectam a credibilidade das políticas do Estado português".

Mas o voto do PS exprime-se também contra "o aproveitamento escandaloso e inaceitável do primeiro-ministro", ao afirmar recentemente, que a decisão da Comissão permitia de igual forma o aumento intercalar das pensões no mês de Junho, "quando ele próprio já o tinha prometido em 4 de Novembro de 2003". O Parlamento acabou por aprovar um voto originário das bancadas da maioria em que se autoelogiam pelos resultados, como se o défice de facto tivesse alguma coisa a ver com os dados apresentado por Bruxelas.

Destaque-se ainda que a bancada socialista apresentou o seu protesto mesmo antes de ser publicamente conhecido o último relatório do Banco de Portugal que confirma aquilo que o PS tem vindo a dizer: O défice real do ano passado, segundo os números oficiais da instituição presidida por Vítor Constâncio, foi de 5,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e não 2,8 por cento, como o Governo tem vindo a declarar.

# PS CONGRATULA-SE COM REVISÃO CIRÚRGICA DA CONSTITUIÇÃO

A revisão constitucional foi circunscrita a "um núcleo limitado de questões essenciais" que o PS defendeu desde o início do processo, como o aprofundamento das autonomias regionais, ao mesmo tempo que se inviabilizou "qualquer alteração restauracionista e desfiguradora da matriz constitucional".

Após a aprovação da revisão "cirúrgica" da Constituição, pela Assembleia da República, o PS congratulou-se, em comunicado, com os resultados alcançados, uma vez que estes "representam uma boa contribuição para o aperfeiçoamento da Lei Fundamental".

Os socialistas sublinham, desde logo, como uma das importantes «inovações» da VI revisão constitucional o aprofundamento da autonomia das regiões autónomas, que se traduzem em mais poderes para as assembleias legislativas regionais e a extinção da figura do Ministro da República. Este cargo será substituído por um Representante da República, cuja nomeação é da iniciativa do chefe de Estado, que tem de sobre ela ouvir o Governo e o Conselho de Estado.

O PS vinca também que a revisão constitucional permitirá a "limitação dos mandatos dos cargos políticos executivos" e substituir a Alta Autoridade para a Comunicação Social, mediante lei a aprovar por maioria de dois terços, "por uma entidade administrativa independente capaz de assegurar nos meios de comunicação social o direito à informação e a liberdade de imprensa, a não concentração da titularidade dos meios de comunicação social, a independência perante o poder político e o económico, o respeito dos direitos, liberdades e garantias pessoais, bem como



Horas antes da aprovação da revisão da lei fundamental, o gabinete do presidente do GP/PS foi palco de várias reuniões. A revisão circunscreviu-se apenas pontos definidos pelo PS

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

- Aprofundamento das autonomias regionais: reforço dos poderes legislativos dos parlamentos dos Açores e Madeira e criação do cargo de Representante da República em substituição do ministro da República.
- Institui-se o princípio da limitação de mandatos dos cargos políticos executivos.
- Reforço do poder da Assembleia da República para acompanhar as missões no estrangeiro das forças de segurança.
- Criação de uma nova entidade reguladora para a Comunicação Social, cujos membros serão eleitos por maioria de dois terços da Assembleia da República, em substituição da actual Alta Autoridade.
- Introdução do princípio da não discriminação em função da orientação sexual do cidadão.
- É consagrado constitucionalmente o princípio do primado do Direito comunitário.
- Obrigatoriedade do Estado promover, através da concertação das várias políticas sectoriais, a conciliação da actividade profissional com a vida familiar.

pelas normas reguladoras da actividade de comunicação social".

A revisão é de molde a "clarificar e adaptar os preceitos constitucionais às inovações decorrentes da construção e do aprofundamento da União Europeia" e "reforçar a tutela constitucional contra a discriminação fundada na orientação sexual e contra a obtenção abusiva de dados pessoais", refere o comunicado.

Por outro lado, destaca-se igualmente, entre as alterações, o facto do novo texto da Constituição "consagrar como incumbência do Estado, em matéria de política familiar, favorecer, através da concertação das várias políticas sectoriais, a conciliação da actividade profissional com a vida familiar". O reforço dos poderes do Parlamento no acompanhamento das missões no estrangeiro das forças de segurança é outra das alterações que merecem o aplauso dos socialistas.

No comunicado, o PS regozija-se ainda com o facto de, "pela sua iniciativa e acção, ter podido contribuir para uma boa revisão constitucional com a qual se assinalará também, condignamente, o 30º aniversário da Revolução de Abril".

Numa reacção à aprovação da revisão constitucional, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, sublinhou que esta "permitirá o aprofundamento da democracia", nomeadamente com o reforço das autonomias regionais, acrescentando que se limitou às áreas inicialmente definidas pelos socialistas junto do PSD. Já o líder do Grupo Parlamentar do PS, António José Seguro, salientou que "foram afastadas as propostas ideológicas da maioria e concretizada uma revisão cirúrgica, tal como o PS sempre defendeu".

## JORGE COELHO DENUNCIA

# DESCENTRALIZAÇÃO INSTALOU A CONFUSÃO

**O modelo de descentralização que o Governo tem em curso "é um fracasso, um embuste e uma reforma virtual", afirmou Jorge Coelho. Por isso, adiantou, o PS vai avançar, "em tempo oportuno", com uma proposta de regionalização "progressiva e séria".**

Falando no debate parlamentar sobre descentralização, o deputado socialista acusou o Governo de ter levado a cabo uma reforma de descentralização "através de um método intoleravelmente populista e tendo por base uma estratégia de completa desresponsabilização, que pode resumir-se numa frase: todos ao monte e seja o que Deus quiser".

E acrescentou que o Governo "prescindiu da sua função de planeamento" e de "garantir a coesão territorial", fazendo "um apelo directo aos municípios na óptica do 'crescei e multiplica-vos'". Segundo o deputado do PS, esta reforma

é um "fracasso", porque "está instalada a confusão com a criação de '22 regiões' e outras ainda por decidir" e "um embuste", uma vez que "se fez uma coisa tentando fazê-la passar por outra".

Para além disso, frisou, "com excepção de algumas competências dos governos civis transferidas para as autarquias locais nada mais foi feito em matéria de descentralização".

Assim, concluiu, "estamos perante uma reforma virtual, sem planeamento, sem visão, sem funções e sem recursos", que, além do mais, "é uma operação de propaganda, diga-se que desse ponto de vista bem feita, com a agravante de ir por caminhos errados e inconstitucionais, como é exemplo a promessa de que em breve os executivos intermunicipais poderão resultar de eleições directas".

Face a este quadro "desolador", Jorge Coelho anunciou que o PS vai desenvolver, em colaboração com várias instituições, "um conjunto de acções que lhe permita apresentar, em tempo oportuno, uma proposta de regionali-

zação progressiva, séria e que vá acolher o que houver de melhor em todas as experiências das instituições já existentes".

O objectivo, salientou, é alcançar uma solução "consensual" que permita ao nosso país "vencer o atraso estrutural que nos separa da maioria dos nossos parceiros da UE e ganhar os desafios da modernização e da competitividade", através de "uma descentralização séria" que permita, simultaneamente, a "desconcentração dos serviços da Administração Central" e "facilitar a vida às pessoas e às empresas".

Só assim, concluiu, "poderemos ter um país mais desenvolvido, mais coeso, mais justo e mais solidário". Por sua vez, o deputado socialista José Augusto Carvalho acusou o Governo de "não ter um pensamento estratégico para a organização do território" e de "andar a enganar os autarcas", enquanto o seu colega de bancada António Galamba afirmou que esta reforma de descentralização transformou o País "numa manla de retalhos".

## Comunidade Urbana do Oeste

Entretanto, as federações socialistas do Oeste e de Leiria exigem que no âmbito da Comunidade Urbana do Oeste o Governo inicie este ano a descentralização de competências para a região.

Num comunicado conjunto, os socialistas das duas federações, que organizaram no passado dia 18 o Encontro de Autarcas do PS da Comunidade Urbana do Oeste, referem que "não aceitam que o Governo se continue a 'fechar em copas' afirmando que a contratualização de competências da administração central só acontecerá a partir de 2006".

Neste sentido, o PS propõe que "os gabinetes de apoio técnico (GAT) das Caldas da Rainha e de Torres Vedras sejam postos ao serviço da Comunidade Urbana do Oeste" constituindo-se "um aparelho técnico que estimulará o Governo a confiar em 2004 e 2005 o exercício de competências aos órgãos desta estrutura associativa".

"Se não o fizer, forçoso é concluir que o

Governo não quer descentralizar e que todo este processo de criação de plataformas intermunicipais (ComUrb) não passa de uma mistificação", afirmam.

O PS elenca ainda um conjunto de prioridades para a região entre as quais a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial (PROT) Oeste, instrumento que ao ser elaborado pela administração central é também dotado de meios financeiros para a realização de obras.

Os socialistas consideram que se trata de "um instrumento para a recuperação das carências e satisfação das aspirações, em especial, no âmbito das difíceis negociações do próximo Quadro Comunitário de Apoio". O PS volta ainda a reafirmar a necessidade da construção do novo aeroporto de Lisboa na Ota, afirmando que "o Oeste não pode aceitar que se subverta a decisão legítima do anterior Governo de fazer da Ota o novo aeroporto internacional de Lisboa".



## CONCERTAÇÃO

# MUDAR POLÍTICAS PARA DAR CONFIANÇA AO PAÍS

*O Partido Socialista realizou a semana passada uma ronda com os parceiros sociais (confederações patronais e sindicatos) para auscultar as suas preocupações e propostas. Na mira esteve a articulação de medidas sérias que promovam o aumento do emprego e sustentem o crescimento das empresas portuguesas. Trata-se, assim, de delinear uma estratégia que vise fazer face aos grandes desafios e aos problemas graves que o país deve enfrentar num contexto de uma União Europeia alargada.*

"Vai ser difícil enfrentar os desafios e oportunidades da União Europeia com a situação em que o Governo tem posto o país", disse o número dois da lista do Partido Socialista às eleições europeias, António Costa, após uma reunião de dirigentes do PS com representantes da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Confederação do Turismo Português (CTP), União Geral de Trabalhadores (UGT) e Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), realizadas no passado dia 29 de Abril. Costa referiu que há "uma grande preocupação" por parte dos parceiros sociais relativamente ao rumo das políticas do Governo, adiantando que é necessário "mudar a política económica e dar confiança ao país".

Nos dias 27, 28 e 29 de Abril, a sede socialista do Largo do Rato acolheu um conjunto de reuniões com representantes dos sindicatos e confederações patronais e em que estiveram presentes, pelo PS, o secretário-geral Ferro Rodrigues, António Costa, Capoulas Santos, Fausto Correia e a deputada independente Elisa Ferreira.

Convidado a participar na qualidade de cabeça-de-lista às europeias, Sousa Franco sublinhou que ouvidas as preocupações expressas pelos parceiros

sociais e num momento em que os reptos a que Portugal terá de dar resposta ganham novas proporções com o alargamento da União, é "ridículo" sobrevalorizar o facto da Comissão Europeia ter retirado o procedimento contra o nosso país.

"É uma situação mais do que normal e o que interessa é saber qual é o défice real", precisou, defendendo que, nesta altura, "mais importante do que congratular-se de forma mais ou menos esufuziante sobre a posição assumida pela Comissão é saber como é que as finanças públicas são supervisionadas".

Segundo Sousa Franco, a realização de contactos por parte dos candidatos do PS com os parceiros sociais, "é mais uma demonstração da importância que atribuímos aos problemas portugueses". "A Europa dá sinais de uma retoma fraca, mas Portugal está numa recessão muito forte, com desemprego e sinais preocupantes de desconfiança", realçou, salientando de seguida que "a retoma há de chegar algum dia" mas "será necessário mudar de políticas, que não tenham como obsessão o défice".

Para o PS, reiterou, "só a vitória [nas europeias] interessa", por isso importa mobilizar o eleitorado, uma vez que, acusou, "a coligação de direita pouco



Os parceiros sociais estão preocupados com o curso do país e reconhecem também a necessidade de mudar de políticas

se importa com a abstenção". Sousa Franco sublinhou ainda a importância do diálogo entre os parceiros sociais e o poder político porque, disse, "é um contributo decisivo para que haja mobilização de Portugal

para uma vida melhor". O cabeça de lista do PS falou da desconfiança que existe no país devido a uma economia estagnada, mas considerou que as eleições europeias podem ser uma maneira de começar a

mobilizar os portugueses para a mudança. "Sem diálogo e sem negociação não haverá retoma, como não há neste momento", concluiu.

M.R.

## ALARGAMENTO DA UE PREOCUPA PARCEIROS

À saída das reuniões os representantes das confederações patronais mostraram-se preocupados com o alargamento da UE.

João Machado da CAP afirmou que é necessário "aplicar melhor as políticas agrícolas e gerir de forma mais eficaz os fundos comunitários", o que, segundo apontou, "não tem acontecido".

Por seu turno, Atilio Forte, da Confederação do Turismo Português (CTP), manifestou-se contra o facto de "a palavra 'turismo' não ser referida na proposta de tratado da União Europeia".

As outras duas grandes preocupações do representante da CTP são os regimes fiscais em Portugal e a falta de preparação para receber visitantes dos novos países.

Já o presidente da Confederação Industrial Portuguesa (CIP),

Francisco Van Zeller, afirmou-se disposto a criar ligações com deputados do PS e, em particular, com Sousa Franco de quem é amigo há muito tempo.

Por sua vez, o presidente da Confederação do Comércio Português, Vasco da Gama, declarou que "é necessário conjugar esforços entre o poder político e a sociedade civil", reactivar a concertação social, de modo a que Portugal possa voltar a crescer na União.

Pelo lado do movimento sindical, a UGT e a CGTP assinalaram as suas prioridades na construção europeia e sublinharam a necessidade de mais Europa, maior conciliação entre o social e o económico e a defesa de um emprego mais qualificado.

João Proença garantiu que a União Geral de Trabalhadores espera ainda que o Tratado europeu seja aprovado e depois sujeito a um amplo debate público e submetido a referendo.

## OS DIAS DIFÍCEIS DA RÁDIO

A Rádio vive momentos particularmente difíceis. Esta é a principal conclusão do debate promovido pela recém-constituída Secção de Acção Sectorial da Comunicação Social, no passado dia 15, na sala Tejo, do edifício Novo da Assembleia da República.

José Manuel Nunes, um dos oradores, falou dos problemas que se têm vindo a acentuar na rádio pública, RDP, com a sua integração na RTP, designadamente no que respeita às más condições de trabalho e às constantes falhas na programação.

Por sua vez, Álvaro Santos Silva fez um diagnóstico particularmente sombrio da actual situação das rádios locais, marcada pela paralisação de alguns projectos do anterior Governo socialista, quebra dos apoios do Estado e crescentes



dificuldades face ao mercado.

Esta iniciativa serviu também para definir alguns aspectos relacionados com um grande encontro sobre Comunicação Social que esta Secção vai realizar em Outubro, tendo ficado estabelecido que estarão em discussão quatro painéis: Comunicação Social Regional, Televisão e Rádio Digitais, Serviço Público de Rádio e Televisão e Regulação da Comunicação Social.

Entretanto, com vista a completar o debate sobre o formato do encontro de Outubro, ficou agendada para 3 de Junho uma reunião dos militantes da Secção.

Quaisquer informações sobre as actividades desta nova estrutura do PS poderão ser obtidas através do endereço electrónico arons@ps.parlamento.pt

## PARLAMENTO ABERTO

# DESEMPREGO E SAÚDE SÃO PRIORIDADES DA AGENDA SOCIALISTA

O PS vai pedir o agendamento urgente de um debate na Assembleia da República sobre desemprego e o "défice social" na política governamental. O anúncio foi feito por António José Seguro, em conferência de Imprensa, na passada segunda-feira, no final de uma visita de trabalho de deputados socialistas a Guimarães, a terceira deslocação no âmbito da iniciativa Parlamento Aberto, que englobou visitas ao Centro de Emprego local, à empresa têxtil Pizarro, SA, e contactos com organizações sindicais e patronais.

Ao justificar a iniciativa do PS, António José Seguro acusou o Governo PSD/PP de ter esquecido o problema do desemprego e não ter qualquer política activa no domínio social e de promoção de investimentos.

"Apenas se preocuparam com o défice, o que nada adiantou, porque o próprio primeiro-ministro já reconheceu que ele foi de 5,3 por cento", afirmou o líder parlamentar do PS.

No debate parlamentar, o PS pretende também ver analisados os apoios existentes à internacionalização de empresas em Portugal, algo que, frisou Seguro, "é fundamental para o futuro da economia portuguesa".

Para o líder parlamentar socialista, é imprescindível que o Governo inverta, a curto prazo, a "política errada" que vem seguindo e que apenas visa o controlo do défice público.

"Os 500 mil desempregados que já existem no país exigem uma atitude diferente, porque o desemprego é um drama social para quem o vive", acentuou.

Seguro abordou os dados colhidos no Centro de Emprego de Guimarães, que

apontam para uma taxa de desemprego no Vale do Ave de 8,5 por cento, quando a média nacional é de sete por cento.

"O problema é que 40 por cento dos desempregados de longa duração têm mais de 50 anos e 70 por cento possuem qualificações profissionais e escolares muito baixas", sublinhou.

Sobre a deslocação à empresa têxtil Pizarro, que recentemente abriu uma fábrica no Brasil, o deputado socialista disse tratar-se de "um bom exemplo", na medida em que conseguiu internacionalizar-se e, em simultâneo, manter uma unidade fabril de sucesso em Portugal, com 600 trabalhadores.

António José Seguro avisou que o desemprego poderá agravar-se no sector têxtil com a entrada em vigor do Acordo Multifibras no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

O deputado alertou ainda para a competitividade de muitas empresas dos novos países da União Europeia nesta área de actividade.

Findas as visitas, os parlamentares socialistas mantiveram um almoço de trabalho com os membros do Secretariado da Federação distrital, autarcas e presidentes das Comissões Políticas das Concelhias do distrito de Braga.

## Saúde com diagnóstico muito reservado

Os portugueses esperam mais hoje por acesso aos cuidados médicos do que há dois anos atrás. A constatação é do líder parlamentar do PS, António José Seguro, no final de uma visita, no dia 26 de Abril, ao Centro de Apoio aos Toxicodependentes (CAT) e ao Hospital



O grave quadro na saúde em Setúbal levou o líder do GP/PS a comprometer-se com a realização de umas minijornadas parlamentares no distrito sobre esta temática

de S. Bernardo, transformado em Hospital SA, em Setúbal, de vários deputados do distrito ou ligados à área da saúde.

Esta deslocação, a segunda no âmbito da iniciativa Parlamento Aberto, que todas as segundas-feiras leva uma delegação de deputados socialistas a um distrito do país com um tema na mira, teve também como objectivo verificar "in loco" os problemas do sector da saúde de forma a preparar a interpeleção ao Governo sobre a realidade que se vive nesta área.

António José Seguro, que se mostrou preocupado com a situação da saúde no distrito, sublinhou que "houve uma regressão quer no acesso aos cuidados

de saúde quer na transferência de custos do Estado para os utentes, designadamente na comparticipação dos medicamentos".

Outro motivo de preocupação para o líder da bancada socialista foi o problema da tuberculose no distrito de Setúbal. "Uma coisa que nos afligiu foi a falta de condições para o tratamento de doentes com tuberculose e o alto nível de desistência do tratamento", disse, depois de ouvir as queixas dos directores de serviço de doenças infecto-contagiosas, José Poças, e de Pneumologia, Paula Duarte, do Hospital S. Bernardo.

"Por vezes temos doentes com critérios de internamento, mas não temos condições para os internar e muito

acabam por desistir do tratamento", frisou Paula Duarte, denunciando ainda os riscos de contágio numa "zona pobre, onde há cada vez mais miséria, e o aumento da tuberculose tem a ver com isso".

Já José Poças alertou para a "descapitalização humana dos hospitais SA, com muita gente a sair", optando pela carreira nas unidades de saúde com gestão pública.

Por outro lado, António José Seguro criticou o novo modelo de gestão empresarial em 31 hospitais, considerando que se trata de uma "aventura" do ministro da Saúde que tem como principal objectivo "esconder o défice do sector da saúde".

Referindo-se ao CAT de Setúbal, Seguro salientou a falta de meios humanos daquela unidade de saúde, onde existe apenas uma médica que é simultaneamente directora dos serviços, para cerca de quatro mil utentes recenseados.

Face à gravidade do quadro encontrado no distrito, o presidente do Grupo Parlamentar do PS comprometeu-se a levar a cabo em Setúbal na segunda quinzena de Junho umas minijornadas parlamentares sobre saúde que envolvam médicos, autarcas socialistas e outros profissionais da área.

A terminar a visita ao distrito parte da delegação socialista composta pelos deputados António José Seguro, Joel Hasse Ferreira, José Manuel Epifânio, Maria Santos, Eduardo Cabrita, Sónia Fertuzinhos, Vítor Ramalho, Luís Carito e Alberto Antunes teve um almoço de trabalho com os membros do Secretariado da Federação e das Concelhias do distrito.

## MAIS DIFICULDADES NO ACESSO À SAÚDE

**As dificuldades no acesso aos serviços de saúde, nomeadamente às intervenções cirúrgicas, são cada vez maiores para a larga maioria dos portugueses. É este o diagnóstico que o PS faz da actual situação na área da saúde, marcada por uma política centrada unicamente em "objectivos de carácter económico e contabilístico".**

Ao intervir no Parlamento no debate de urgência requerido pelo PS sobre questões de saúde, o deputado Luís Carito acusou o ministro Luís Filipe Pereira de ter como traço fundamental da sua acção "uma perspectiva de reduzir os custos da saúde no Orçamento do Estado, transferindo para as famílias esses mesmos custos".

Segundo o deputado socialista, esta

"visão neoliberal do sistema acarreta já consequências profundas para os portugueses, em especial para os de menores recursos económicos, que se vêem discriminados no acesso aos cuidados de saúde em função das suas capacidades económicas e ao facto de terem ou não sistemas alternativos de protecção na saúde".

E alertou que o sistema nacional de saúde que o ministro quer implementar em Portugal "levará à existência cada vez mais de fenómenos de selecção adversa". Saliendo que "a equidade no acesso dos portugueses aos serviços de saúde e a celeridade no atendimento são aspectos fundamentais em qualquer sistema de saúde", Luís Carito lamentou que dois anos depois da entrada em funções do Governo a situação esteja "pior", com os portugueses a terem "mais dificuldades no acesso aos cuidados de saúde primários".

Quanto à política do medicamento, uma das grandes bandeiras do Executivo PSD/

PP, o deputado do PS lembrou que "a introdução de medicamentos genéricos em Portugal e a legislação de suporte inicial já existia quando o actual Governo tomou posse", tratando-se, no fundo, "de dar continuidade a uma política de medicamentos que se bem executada poderia diminuir a factura com medicamentos quer para o Estado quer para as famílias".

Ao invés, acusou, o Ministério da Saúde optar pela introdução dos preços de referência, uma medida que proporcionou "no imediato uma poupança efectiva nos custos do Estado", enquanto as famílias portuguesas, pelo contrário, viram a "sua factura aumentar".

Por outro lado, o coordenador da área da saúde do GP/PS salientou também que as medidas implementadas pontualmente pelo Governo vieram agravar o acesso dos portugueses aos meios complementares de diagnóstico, com o aumento do tempo de espera e uma subida "brutal das taxas moderadoras".

Por sua vez, Afonso Candal, a encerrar o debate, acusou o Governo de "gastar milhares de euros" em "páginas inteiras" de jornais para divulgar "os seus números que ninguém conhece" e que "não estão validados".

## Adeus, sr. ministro

Além disso, adiantou, o Executivo de direita "promete mas não cumpre, e assim não resolve nenhum dos problemas da saúde", designadamente a questão das listas de espera, onde "há casos escondidos pelo Governo para manipular os números".

Saliendo que o ministro não tem "quaisquer políticas" para alterar situações como a dos utentes que "têm de estar às sete horas da manhã no Centro de Saúde da Buraca para obterem uma consulta". Antecipando a inevitável remodelação governamental, Candal concluiu que não deveria encontrar-se mais com Luís Filipe Pereira naquelas funções. Por isso,

terminou dizendo: "Adeus, sr. ministro". Recorde-se que no dia anterior ao debate, o líder parlamentar do PS, António José Seguro, tinha acusado o Governo de estar a impedir a fiscalização da sua actividade por parte da oposição, omitindo dados e documentos.

Numa interpeleção à mesa da Assembleia da República, Seguro pediu que o Governo distribuisse urgentemente pelas diferentes bancadas os documentos relativos às listas de espera nos hospitais empresa, por patologia e por valência de saúde, o que não se veio a verificar.

"Estamos perante uma clara violação do estatuto da oposição. Em democracia não há documentos secretos", disse, depois de ter referido que o Governo também "continua a esconder pormenores sobre a sua operação de titularização de créditos com o Citigroup e sobre o documento que entregou em Bruxelas para que fosse levantado o procedimento por défice excessivo contra Portugal".

## Breves

### SECRETÁRIO-GERAL

O **secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues**, reuniu-se ontem com o primeiro-ministro do Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, na embaixada daquele país, em Lisboa.

### FEDERAÇÕES

A **FAUL** manifestou a sua "satisfação" com o prolongamento do metropolitano até Odivelas, recordando que foi com o Governo do PS que se aprovou o projecto, se garantiu o financiamento no actual QCA e se lançaram os concursos públicos respeitantes às obras que permitiram abrir a linha à exploração até Odivelas.

Em comunicado, a FAUL questiona ainda o Governo nas seguintes matérias: "para quando a decisão relativamente ao prolongamento do metro ao aeroporto da Portela e a Alcântara? Os atrasos no arranque da 1ª fase do Metro Ligeiro de Superfície Algés/Falagueira e Loures/Odivelas são para acabar de vez ou estamos novamente confrontados com mais uma mentira deste Governo?"

O **PS/Algarve**, em comunicado, refere "não poder deixar de demonstrar a sua satisfação pela recente tomada de decisão da ARS/Algarve em alargar o prazo de discussão do Plano Director Regional de Saúde até finais de Abril, interpretando as críticas formuladas pelos socialistas que desde o primeiro dia criticaram a metodologia utilizada para discutir o referido Plano".

A Federação algarvia "reafirma a sua determinação em contribuir de uma forma séria para a discussão do PDRS do Algarve integrando-o no Plano Nacional de Saúde, comprometendo-se a apresentar publicamente a sua posição e contribuindo decisivamente para a formulação de um PDRS que seja um instrumento apto a ser implementado ao longo dos anos sem as vicissitudes das mudanças de ciclo político".

A **Comissão Política da Federação de Bragança** esteve reunida no passado dia 2 de Abril, na sede do PS de Macedo dos Cavaleiros, onde foi feita a análise da situação política actual e a iniciada preparação das próximas eleições europeias.

### CONCELHIAS

A **Concelhia das Caldas da Rainha do PS** lançou um concurso destinado a comemorar os 30 anos da Revolução dos Cravos, cujo presidente do júri será o capitão de Abril Marques Júnior. Intitulado "Trinta nos do 25 de Abril: no coração da democracia por um dia", o concurso destina-se a jovens residentes no concelho entre os 10 e os 18 anos.

A **Concelhia do PS/Oeiras** organizou, no passado sábado, uma manifestação, acompanhada de buzinao, contra o projecto da Cidade Judiciária de Caxias, que considera ser "um atropelo à lei e à qualidade de vida", dado que o processo decorreu sem consulta aos autarcas locais e por não terem sido realizados estudos sobre o saneamento, o impacto ambiental e estrutura viária, entre outros.

A **Concelhia de Tomar do PS** criticou a "reduzida" execução dos projectos da câmara local em 2003, apesar do elevado volume de taxas e impostos municipais cobrados.

"As receitas da autarquia, com taxas de execução elevadas, são obtidas à custa da cobrança exagerada de impostos e taxas sobre os municípios, sem o retorno efectivo para a melhoria da vida das populações", referem os socialistas em comunicado.

Gonçalo Ribeiro Teles, Siza Vieira e Bruno Soares foram os convidados da última tertúlia organizada pelo Fórum Cidade, a estrutura da **Concelhia de Lisboa do PS** criada para preparar a alternativa ao actual executivo camarário.

Realizou-se no passado dia 27 de Março a **Convenção Concelhia do PS/Cascais**. Em debate estiveram dois painéis sobre "Áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais" e "Os novos desafios do poder local" em que foram oradores, respectivamente, Francisco Assis e João Cravinho.

Entretanto, o PS/cascais apresentou uma queixa-crime e um pedido de sindicância contra a câmara local, presidida por António Capucho, devido a violação de regras e normas orçamentais e de despesa pública.

A **Concelhia do PS/Faro** promoveu no dia 3 de Abril um jantar-conferência subordinado ao tema "30 anos de democracia", que contou com a presença do presidente do partido, Almeida Santos, e de personalidades da sociedade civil farense.

A **Concelhia do PS/Leiria** acusou o PSD de estar a "tentar criar uma regionalização encapotada, sem consultar os eleitores". Em comunicado, a Concelhia socialista reagiu ao facto consumado da constituição da Área Metropolitana de Leiria, salientando que neste processo "Leiria sofreu uma clamorosa derrota política ao ver fugir para o Oeste os municípios do sul do distrito, perdendo claramente influência face a concelhos com os quais tem que concorrer, que viram reforçado o seu peso regional liderando Grandes Áreas Metropolitanas".

A **Concelhia do PS de Pampilhosa da Serra** manifestou-se contra a pretensão do presidente da câmara local de querer impor à população, contra a sua vontade, a instalação de um centro de tratamento de lixo industrial no concelho.

### SECÇÕES

O líder da bancada do PS na Assembleia Municipal de Lisboa, Dias Baptista, esteve no passado dia 30

nas instalações das **Secções da Penha de França e S. João/Beato**, para fazer um balanço da oposição socialista à "gestão casuística, de 'show-off' e errática" de Santana Lopes no município, numa iniciativa que contou com a presença de largas dezenas de militantes.

Os **socialistas do Nordeste, ilha de S. Miguel**, nos Açores, acusaram a gestão laranja da câmara local de "falta de estratégias inovadoras" nos dois primeiros anos de mandato, caracterizados pela "ausência de medidas ajustadas às reais necessidades" do concelho.

O 29º aniversário da **Secção da Bobadela** foi assinalado com uma sessão comemorativa nas suas instalações, que contou com a presença de cerca de 60 militantes, entre os quais o presidente da FAUL, Joaquim Raposo, e o presidente da Câmara de Loures, Carlos Teixeira.

### AUTARQUIAS

Os **autarcas socialistas de Mira-Sintra** criticaram a maioria PSD/PP/CDU que governa a Câmara de Sintra, por ter retirado 2,5 milhões de euros para infra-estruturas na freguesia.

As verbas, referem os autarcas do PS, estavam destinadas à construção de um centro de apoio à criança, um centro de dia, um parque urbano, uma casa da cultura e a via de ligação entre a Av. dos Bombeiros Voluntários e a Freguesia do Cacém, "projectos que tinham sido praticamente prontos pelo anterior executivo socialista".

### GRUPO PARLAMENTAR

Os **deputados do PS eleitos pelo círculo de Setúbal** visitaram no passado dia 30 de Abril o Hospital de S. Bernardo, onde se inteiraram dos serviços e mantiveram contactos com os profissionais dessa unidade hospitalar.

## AGENDA PS

### SECRETÁRIO-GERAL

**10 de Maio – 15h00** – O secretário-geral do PS promove nova reunião de economistas, no âmbito do que vem sendo designado por "Encontros da Lapa", em Lisboa.

### PRÉ-CAMPANHA DAS EUROPEIAS

**7 de Maio** – Sousa Franco e António Costa visitam o Centro hospitalar do Alto Minho. Encontros também em Ponte de Lima e Arcos de Valdevez.

**8 de Maio – 17h30** – O candidato Fausto Correia fará um passeio pela cidade de Pombal, partindo da sede do PS local.

**9 de Maio – 11h00** – Os candidatos socialistas ao Parlamento Europeu Ana Gomes e Joel Hasse Ferreira participam numa acção no Pinhal Novo, que inclui o mercado mensal e que coincide com a Feira de Maio.

**9 de Maio – 17h00** – Ferro Rodrigues preside à sessão de apresentação do Manifesto Eleitoral e dos Mandatários Distritais para as Europeias 2004, no Pavilhão de Portugal, Parque das Nações, em Lisboa.

António Costa e Joel Hasse Ferreira visitam o mercado de Pinhal Novo.

**10 de Maio** – 21h00. Apresentação em Vila Real da lista de candidatos ao PE, no Hotel Miralongo????.

**11 e 12 de Maio** – Sousa Franco desloca-se à Terceira e a S. Miguel.

Ana Gomes tem um debate com João de Deus Pinheiro sobre a Europa no Centro Jean Monnet, em Lisboa.

**12 de Maio** – Ana Gomes em Torres Vedras.

**13 de Maio** – Sousa Franco e António Costa levam a cabo um conjunto de iniciativas no distrito da Guarda.

**14 de Maio** – Jamila Madeira e Francisco Assis estarão em Olhão. Ana Gomes em Coimbra. Joel Hasse Ferreira no Barreiro.

**15 de Maio** – António Costa na Madeira. Fausto Correia e Edite Estrela estarão na Figueira da Foz.

**22 de Maio – 20h00** – O número dois da lista socialista ao Parlamento Europeu António Costa estará presente no jantar organizado pela distrital bracarense do PS, em Vila Verde, onde se falará sobre "O passado e presente e futuro" de Abril.

**30 de Maio** – A Federação do PS/Baixo Alentejo promove uma festa em Boavista dos Pinheiros, Odemira, que contará com a presença dos candidatos ao Parlamento Europeu Sousa Franco e António Costa.

### GRUPO PARLAMENTAR

**10 de Maio** – No âmbito do Parlamento Aberto, uma delegação de deputados socialistas

desloca-se ao distrito de Évora. Nesta iniciativa que tem como tema a Europa, estão previstas visitas a uma obra de regadio, em Montemor-o-Novo, ao Polis, em Évora, e uma pequena sessão com os alunos da escola profissional de Évora.

### FEDERAÇÕES

**7 de Maio – 21h00** – A Federação Distrital da Guarda promove, em conjunto com a Comissão Política Concelhia de Gouveia e o Departamento de Mulheres Socialistas, um debate sobre "A Europa e o papel de Portugal na União", no auditório da Biblioteca Virgílio Ferreira, em Gouveia, que contará com a presença de Sónia Furtuzinhos e Vieira da Silva.

**7 de Maio – 21h30** – A Federação de Braga do PS organiza, em Barcelos, no âmbito das comemorações do 30º aniversário da Revolução dos Cravos, um debate sobre "O PS e os trabalhadores", com a participação de Rui Cunha.

**14 de Maio – 21h00** – Os candidatos ao PE Elisa Ferreira e Joel Hasse Ferreira participam no debate de pré-campanha "Portugal, a Europa e a Estratégia de Lisboa", organizado pela distrital setubalense do PS.

**14 de Maio** – O PS realiza em Santarém uma Comissão Política Distrital temática intitulada "Que Saúde para o Distrito?", com a presença do coordenador do Gabinete de Estudos Nacional para a Saúde, Luís Carito.

**15 de Maio** – O deputado socialista Vítor Ramalho participa no encontro concelhio sobre desenvolvimento, a ter lugar em Aljustrel, por iniciativa da Federação do Baixo Alentejo.

### GABINETE AUTÁRQUICO

**7 e 8 de Maio** – José Augusto Carvalho participa, na qualidade de membro do Gabinete Autárquico do PS, no Congresso da Anafre.

**8 de Maio** – O coordenador do Gabinete Jorge Coelho e Maria de Belém estarão em Campo Maior, no encerramento da I Convenção Autárquica do PS.

**14 de Maio – 20h00** – Jorge Coelho marcará presença no jantar promovido pela Secção do PS de Vila Franca de Xira.

**15 de Maio – 14h30** – Jorge Coelho desloca-se a Vieira de Leiria para participar na Convenção das Juntas de Freguesia do distrito de Leiria.

### MULHERES SOCIALISTAS

**8 de Maio – 15h00** – O Departamento Federativo das Mulheres Socialistas do Algarve organiza, no auditório da Biblioteca Municipal de Faro, um Colóquio/Debate sobre "Emprego/Desemprego na Região do Algarve", num evento que contará com a participação de Miguel Freitas, Joséia Gonçalves, Esmeralda Ramires, Eduardo Quintanova, Maria do Céu Cunha Rego e Aldemira Pinho.

# FALTA SENTIDO DE ESTADO E COMPETÊNCIA TÉCNICA À POLÍTICA CIENTÍFICA EM PORTUGAL

*Estando a ciência no centro de sociedades modernas e desenvolvidas não é compreensível que em Portugal se tenha optado por estrangular o funcionamento do programa Ciência Viva, uma estrutura reconhecida a nível europeu como das mais inovadoras e eficazes da promoção da cultura científica.*

*Entre as inúmeras críticas que faz ao Executivo, Mariano Gago, em entrevista ao "Acção Socialista", vinca bem que a relação entre Ensino Superior e Educação "ficou cortada" com a implementação do actual modelo governativo.*

*Para o ministro da Ciência e Tecnologia dos governos PS, "a participação cívica dos cientistas é crescentemente necessária como garante de credibilidade sobre o que sabe, e também o que não sabe".*



**Nas negociações do III QCA, o senhor na qualidade de ministro da Ciência e da Tecnologia conseguiu para Portugal um pacote financeiro destinado à I&D que se traduzia exactamente no quê?**

O III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) negociado pelo Governo anterior estabeleceu dois programas operacionais com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País: o POCTI (Ciência, Tecnologia e Inovação) e o POSI (Sociedade da Informação), o primeiro com cerca de 200 milhões de contos e o segundo com 160 milhões de contos. O POCTI cobre o apoio ao desenvolvimento científico do País (bolsas e emprego científico, financiamento das instituições, equipamento, projectos e programas, divulgação e promoção da cultura científica). O POSI dirige-se ao desenvolvimento da Sociedade da Informação em geral, desde a Administração Pública à generalização do uso social da Internet, passando pela investigação e desenvolvimento, designadamente nas áreas das tecnologias da informação, pelo financiamento da rede de comunicação entre escolas, laboratórios, Universidades e Politécnicos, entre outras.

**No organograma do actual Governo deixou de haver o Ministério da Ciência e da Tecnologia e foi criado o Ministério do Ensino Superior e da Ciência. Na prática, em que se traduziu esta mudança?**

Numa redução de prioridade política ao desenvolvimento científico do País e na desarticulação entre políticas de Ciência e Tecnologia e políticas para a Sociedade

da Informação. Alguns dos principais laboratórios de investigação nas áreas das tecnologias de informação e comunicação estão com ano e meio de atraso no financiamento contratado com o Estado!

De forma escandalosa, o Governo extinguiu a UARTE (entidade conhecida em todas as escolas portuguesas com responsável pelo apoio ao uso da Internet e das Tecnologias da Informação) e dispensou, sem uma palavra, o seu responsável. A rede nacional RCTS (de ligação nacional e internacional entre escolas, associações, Universidades, laboratórios, etc.) foi desarticulada. Foram desligadas escolas e associações. Atrasou-se o avanço das Cidades Digitais e paralisou-se a criação de novos Espaços Internet.

Como positivo, registo a concretização recente do projecto de criação de uma Biblioteca Científica em Rede (por acesso electrónico a muitas revistas científicas internacionais) e, infelizmente, pouco mais.

Do lado da Ciência e do Ensino Superior não se verificaram melhoras com este modelo. Pelo contrário, a relação entre Ensino Superior e Educação ficou cortada. No caso das Ciências e das Tecnologias, o resultado foi uma reforma do Ensino Secundário contra as Ciências e, muito especialmente, contra o ensino experimental.

Em resumo: as virtualidades que podiam ser exploradas, numa lógica de desenvolvimento, entre Ensino Superior e Ciência, não se concretizaram. A articulação entre a política para a sociedade da informação e a política de ciência e tecnologia quebrou-se com grande prejuízo. E perdeu-se a responsabilidade política de articular ensino secundário e formações superiores.

**Dois anos depois de ter congelado apoios à investigação científica, o Governo anunciou no Conselho de Ministro de Óbidos um conjunto de medidas para o sector, apresentadas como próprias e inovadoras. Até que ponto não estamos aqui perante uma mistificação do Governo?**

O primeiro-ministro foi colocado numa posição incómoda e ingrata. Foi-lhe preparado um anúncio de programa em termos que não eram verdadeiros. Suponho que apenas o descobriu após as primeiras reacções públicas. Já não era a primeira vez que isso acontecia. Também tinha julgado anunciar um orçamento de Estado para Ciência e Tecnologia (para 2004) em crescimento. Não lhe tinham contudo explicado que a parte antes financiada por via do Programa da Sociedade da Informação (e agora com outra tutela) tinha subtraído fundos: o resultado final era uma redução.

Mais. Quando finalmente se descobre que o conteúdo concreto das medidas de Óbidos é a afectação à Ciência e à Tecnologia de parte importante da chamada reserva de programação do QCA (o que só por si é naturalmente importante), esconde-se que parte desses fundos se destinam a acções que nada têm a ver com C&T e nada se diz sobre a repartição entre fundos nacionais e comunitários daqui para diante. Ouço dizer (mas parece que é segredo...) que à proporção acordada em 2000 (50 por cento de fundos nacionais e 50 por cento de fundos comunitários, de forma a aumentar o mais possível o investimento público, a partir do montante disponível de fundos comunitários) se virá agora a substituir a repartição com o menor volume regulamentarmente possível de

*Suponho que o primeiro-ministro desconhece a dimensão da leviandade das medidas actuais que em seu nome se nos aplicam e a irresponsabilidade com que são conduzidas negociações regulamentares com a Comissão Europeia*

fundos nacionais (25 por cento). Assim, o acréscimo de parte da reserva de programação em fundos comunitários não resultaria infelizmente num acréscimo de investimento, pois seria subtraída da redução de fundos nacionais. Mas nem quero acreditar que isso seja possível.

Acresce ainda que os fundos efectivamente disponibilizados às instituições são erraticamente, e em volumes muito inferiores ao orçamentado. A situação real é realmente estranha, pois ao mesmo tempo que se anuncia um maná, depois se vem a saber não ser tão assim e logo se descobre que acrescenta por um lado ao que reduz, por outro. Por outro lado, suponho que o primeiro-ministro (que genuinamente acredito queira que Portugal se desenvolva cientificamente) desconhece a dimen-

são da leviandade das medidas actuais que em seu nome se nos aplicam e a irresponsabilidade com que são conduzidas negociações regulamentares com a Comissão Europeia nesta matéria, com consequências graves do ponto de vista nacional.

Suponho também que não se possa aperceber da perseguição a que tem sido votado um dos mais emblemáticos programas nacionais, hoje referência em toda a Europa, o Ciência Viva.

Conduzido de forma independente e não governamental, como é de regra nos países desenvolvidos, articulando laboratórios de investigação e entidades oficiais, levando na prática os cientistas ao contacto com as escolas e a população em geral, criando e mantendo uma rede de Centros de Ciência distribuída no País, contribuindo para o progresso na aprendizagem experimental das ciências, o Ciência Viva luta contra um permanente estrangulamento financeiro. Os fundos estão orçamentados, mas não são transferidos. E o Governo, ou quem por ele deve responder, onde devia apoiar tem dificultado e impedido. Até quando?

**Que comentário lhe merece o facto do Governo ter recentemente anunciado que pretende fixar em Portugal "cérebros" nacionais e estrangeiros?**

Acho que é uma excelente intenção mas, por agora, não mais que isso. Para a sua concretização será precisa uma política de emprego científico, especialmente destinada a reforçar as melhores instituições e a captar para aí trabalharem os melhores jovens cientistas. Não é o que se passa hoje. Muitos jovens cientistas estão a procurar e a obter emprego no estrangeiro, sem que a

# NCIA TUGAL

recíproca seja verdadeira. Para atrair cientistas do estrangeiro é necessário especialmente reforçar e credibilizar condições de trabalho científico em Portugal, para além de estudar, caso a caso, necessidades individuais concretas. Também não é o que se anuncia. Lamento que a política nacional nesta área esteja conduzida com tanta sofreguidão política e tão pouco sentido de Estado e competência técnica. Portugal só se desenvolverá neste domínio se souber, durante anos suficientes, consagrar o melhor do seu esforço e competência a esse fim, com continuidade e firmeza. Consegui-lo é uma responsabilidade do primeiro-ministro. Terá de resistir e mandar resistir às tentações da política de fachada, e da doença infantil de tentar demonstrar que o que estava bem afinal estava mal: "pois se não foi obra nossa havia lá de estar bem?"

**A Lei do Mecenato Científico é apresentada, passo a expressão, como a descoberta da pólvora. Mas, não será antes, a demonstração do vazio que foi a acção do Governo, neste sector, nos primeiros anos desta legislatura?**

É positivo que o Governo queira reforçar as condições do mecenato científico e divulgar a sua importância. Trata-se todavia de uma medida de alcance reduzido. Um dos principais problemas na estrutura económica portuguesa é a diminuta presença de empresas que inovam e fazem investigação. A percentagem do investimento privado em I&D aumentou significativamente entre 1995 e 2001, atingindo, nesse último ano, cerca de 30 por cento do PIB. Mas é ainda muito pouco. Ora o Governo suprimiu (no final de 2003) um dos principais instrumentos de estímulo ao investimento privado para I&D nas próprias empresas, em sede de incentivos fiscais! O regime que o substituiu representa, a meu ver, uma vitória de sectores económicos que não investigam nem inovam. Há que corrigir esta situação insólita.

**O Governo alterou o estatuto administrativo e financeiro dos laboratórios do Estado. Isto não significa retirar capacidade e liberdade de investigação aos cientistas?**

O Governo retirou autonomia financeira a todos os laboratórios de Estado. Foi uma má medida, especialmente para os que tinham capacidade de obter receitas. Estimulou aí os sectores mais conservadores contra os mais dinâmicos. Diminuiu a eficiência das instituições. E, a prazo, diminuirá as próprias receitas. Mas o Governo paralisou sobretudo a reforma em curso desses laboratórios e, especialmente, suspendeu a liberdade de contratação de novos investigadores, instrumento decisivo e urgente para a revitalização dessas instituições.

**Muitos centros de Ciência Viva que foram criados no tempo dos governos do PS, estão a passar por**

**problemas derivados do desinvestimento no sector. Não considera que esta situação prejudica a divulgação da ciência, sobretudo nas camadas mais jovens?**

O problema do financiamento da Ciência Viva, repito, é um problema crítico e uma responsabilidade do Governo. Trata-se de verbas orçamentadas, comprometidas, nalguns casos mesmo já executadas. É absolutamente inaceitável que se tente estrangular o funcionamento de uma das estruturas mais inovadoras e eficazes para a promoção da cultura científica que se desenvolveu na Europa nos últimos anos e que conta com o geral reconhecimento de todo o País. Neste contexto, têm sido as escolas, os alunos e os professores quem mais têm sofrido da falta de apoio a acções de experimentação científica e de ligação entre a educação escolar e a ciência dos laboratórios.

**Do seu ponto de vista, os objectivos fixados na "Estratégia de Lisboa" são considerados demasiado ambiciosos?**

Não. Mas as políticas que foram adoptadas na Europa para a sua

**O Governo suprimiu (no final de 2003) um dos principais instrumentos de estímulo ao investimento privado para I&D nas próprias empresas, em sede de incentivos fiscais!**

**O regime que o substituiu representa uma vitória de sectores económicos que não investigam nem inovam**

concretização não têm estado à altura dessa ambição.

**Como responder àqueles que consideram não ser possível fazer da Europa o espaço mais desenvolvido do mundo, no horizonte dos próximos dez anos?**

Nenhum objectivo geral se concretizará de forma uniforme nem se atingirão nunca todas as metas ao mesmo tempo. Em muitas dimensões, a Europa já é hoje o espaço mais desenvolvido do mundo. Noutras não. O horizonte de dez anos era naturalmente indicativo. Não é a data que é importante. É preciso sim ser coerente e firme nos objectivos. Muitas políticas seguidas, à escala dos países e também da UE, não iam no caminho dos objectivos de Lisboa. Felizmente

que a consciência dessa contradição parece hoje ganhar terreno. No campo de desenvolvimento científico, o debate europeu actual vai no sentido de acelerar o esforço público e privado em cada país e, também, à escala europeia.

**Hoje em dia associa-se cada vez mais o desenvolvimento económico com o conhecimento científico. Porquê?**

Porque é mesmo assim. Sem desenvolvimento científico não é concebível, na generalidade das sociedades, um desenvolvimento económico sustentável. Por seu turno, sabe-se hoje a enorme importância das políticas públicas de desenvolvimento científico não só por si mesmas mas também na preparação da possibilidade de inovação empresarial baseada em investigação e desenvolvimento. A história do desenvolvimento da ciência e da tecnologia nos Estados Unidos da América é exemplar deste ponto de vista. Também não parece possível desenvolvimento científico e tecnológico sustentado sem níveis de educação elevados e sem cultura científica generalizada. A ciência está no âmago de sociedades modernas e desenvolvidas, pelo suporte que dá à inovação e, portanto, à sustentação económica de um modelo social inclusivo. Mas também é central para o próprio funcionamento de sociedades democráticas, que requerem cada vez mais opinião e controvérsia informadas e a valorização do conhecimento.

**Sendo um cientista de formação e por vocação, o que é que o atrai na política?**

A possibilidade de defender ideais que possam ser partilhados por outros? A vontade de contribuir para que a sociedade seja melhor? A vontade de partilhar o gosto pela descoberta da verdade e a raiva contra o engano, o embuste?

**De acordo com a sua experiência, qual o contributo específico que um cientista pode dar à actividade política?**

Muitos cientistas têm hoje uma intervenção pública maior, chamando a atenção da sociedade para os valores de verdade e de exigência da própria actividade científica e procurando partilhar com os outros essa experiência. É muito importante que assim seja. Também em questões de controvérsia pública — designadamente todas as que dizem respeito à avaliação e gestão de riscos públicos — a participação cívica dos cientistas é crescentemente necessária como garantes de credibilidade sobre o que se sabe, e também o que não se sabe. A própria formação da cultura científica na sociedade exige de forma crescente o envolvimento pessoal dos profissionais das ciências e das tecnologias e das suas instituições junto da população e, especialmente, das escolas.

## Pelourinho da República



«Compreendo a posição do Governo português: Portugal apenas tem três militares no Iraque.»

**José Bono**, Ministro da Defesa de Espanha  
Público, 24 de Abril

«Não morro de amores nem pelo dr. Portas nem pelo dr. Barroso.»

**João de Deus Pinheiro**

Março de 2002, citado pelo Expresso de 24 de Abril

«Nesta história [da manta], nem foi ele [Paulo Portas] o principal culpado, foram as suas fontes.»

*idem*

«É o nome certo no momento certo.»

**Durão Barroso**

Expresso, 24 de Abril

«CDS receia só eleger um eurodeputado.»

Título do Público, 30 de Abril

«Gondomar é a capital da ourivesaria. Se por vezes se oferecem umas peças em ouro isso não significa compra de favores (...) No norte as pessoas são mais unidas, mais amigas e recebem bem.»

**António Araújo Ramos**

advogado do vice-presidente da câmara de Gondomar  
Público, 23 de Abril

«Eu acredito que ele compra árbitros, mas isso não tem nada a ver com a câmara. Árbitros toda a gente compra, compreendes? E se o Valentim se for embora acabaram-se os passeios aos museus e as viagens de avião.»

**Vanessa**, jovem apoiante de Valentim Loureiro  
Público, 24 de Abril

«Até perdi os Morangos com Açúcar para estar aqui a apoiar o Valentim.»

*idem*

«Qual é o seu onze português para o Euro?»

Inquérito do Público

«A equipa toda da selecção do Brasil que jogou o último Mundial. Eu não sei o nome de todos... O Deco já está! Portanto, ainda temos um mês e meio para nacionalizar.»

Resposta de **Rui Zink**

## AS TRAPALHADAS DO DR. LOPES

**A construção do túnel das Amoreiras está, neste momento, paralisada na sequência de uma decisão judicial que detectou erros e incumprimento da legislação ambiental. Ora, quem verdadeiramente paga esta situação são os cidadãos lisboetas, através dos incómodos que suportam, e os contribuintes portugueses, através do desperdício de dinheiros públicos a que assistem.**

A Comissão Europeia vai investigar o processo de adjudicação do túnel das Amoreiras, com o objectivo de verificar se houve, no caso, violação da legislação comunitária da concorrência.

A informação surgiu hoje, em resposta a uma pergunta parlamentar que formulei, na qual a Comissão refere que "contactará as autoridades portuguesas, a fim de obter destas últimas informações que lhe permitam proceder à análise aprofundada deste caso".



**MANUEL DOS SANTOS**

Em causa poderá estar a violação de regras comunitárias por parte do dono da obra - a Câmara Municipal de Lisboa - nomeadamente da Directiva 93/37/CEE (relativa à coordenação dos processos de adjudicação de empreitadas de obras públicas) e do próprio princípio da igualdade de tratamento, decorrente da aplicação do Direito Comunitário.

No início de Abril informei a Comissão que a construção do túnel das Amoreiras fora inicialmente lançada como "concurso público", com determinadas exigências que sofreram alterações, quando, mais tarde, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) decidiu passar para o regime de ajuste directo. A opção por tal regime é possível e não viola a legislação, desde que não sejam alterados os pressupostos do concurso público e, nomeadamente, se não permita a violação do programa base e do caderno de encargos. Todavia, no caso do túnel das Amoreiras esse incumprimento foi estimulado por alteração das condições base da adjudicação, o que permitiu beneficiar um dos concorrentes em prejuízo dos restantes.

A Comissão veio agora acrescentar que, de acordo com a legislação europeia, o recurso a um procedimento por negociação directa constitui "uma derrogação às regras gerais estabelecidas pelas directivas", apenas permitido "em certos casos excepcionais", e que de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Justiça, "incumbe a quem invoca a derrogação" - neste caso, incumbiria à CML - "o ónus de provar que se verificam, efectivamente, as circunstâncias excepcionais que a justificam".

Esta posição da Comissão é potencialmente muito perigosa para a autarquia lisboeta, pois, se vier a ser provado o incumprimento da legislação da concorrência, poderá abrir caminho a uma sucessão de querelas judiciais por iniciativa das empresas lesadas no processo de ajuste directo.

Esta é a consequência habitual das decisões do dr. Santana Lopes, que parece ter o dom especial de transformar em problema insolúvel tudo aquilo em que toca ou no que se mete.

A construção do túnel das Amoreiras está, neste momento, paralisada na sequência de uma decisão judicial que detectou erros e incumprimento da legislação ambiental. Ora, quem verdadeiramente paga esta situação são os cidadãos lisboetas, através dos incómodos que suportam, e os contribuintes portugueses, através do desperdício de dinheiros públicos a que assistem.

Depois da herança que legou aos sucessores com a sua passagem pela Secretaria de Estado da Cultura e pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, o presidente do Município de Lisboa gostaria agora de fugir para uma irrealista candidatura presidencial, furtando-se assim ao julgamento dos cidadãos que enganou.

As trapalhadas do dr. Santana Lopes não param de aumentar, mas, depois do verdadeiro equívoco que foram as últimas eleições autárquicas, a grande maioria dos lisboetas já começa a entendê-lo.

Visto de Bruxelas

## CONGRESSO DO PSE

# SOCIALISTAS EUROPEUS APRESENTAM CINCO COMPROMISSOS PARA A LEGISLATURA

São cinco os compromissos essenciais que o Partido dos Socialistas Europeus apresentou no seu manifesto, aprovado no Congresso que decorreu em Bruxelas nos dias 23 e 24, e que contou com uma delegação portuguesa de peso: Ferro Rodrigues, Sousa Franco, António Costa e Ana Gomes, além dos actuais eurodeputados Carlos Lage, Paulo Casaca, Manuel dos Santos, Luís Marinho, Maria Carrilho e Joaquim Vairinhos.

Os cinco compromissos aprovados pelos delegados ao congresso e que constituirão uma base de trabalho para as campanhas eleitorais que decorrerão a nível nacional são: "Promover o crescimento da Europa", "Combater a pobreza e criar mais e melhores empregos", "Aproximar a União dos cidadãos", "Enfrentar os problemas da imigração e promover a integração social", "Construir um mundo mais seguro, sustentável, justo e pacífico" e "Promover a Europa como área de democracia e igualdade".

Quanto ao primeiro compromisso, os socialistas europeus querem dar um novo impulso à Estratégia de Lisboa, para promover um desenvolvimento económico sustentado e criar mais e melhores empregos, designadamente através de um maior investimento na ciência e tecnologia.

"Para os socialistas, é essencial que a União Europeia e os Estados-membros dêem maior prioridade aos padrões sociais, particularmente aos empregos de qualidade, pleno emprego, inclusão social e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres".

Para aproximar a Europa dos cidadãos, os Socialistas propõem que a Constituição europeia seja rapidamente ratificada, de forma a que as instituições comunitárias possam ser mais transparentes eficazes e eficientes, em benefício dos cidadãos. Para os Socialistas, a União Europeia deve ter como prioridade os jovens europeus, com políticas direccionadas para a educação, sociedade de informação, ambiente e diversidade cultural.

A nível da imigração, a atenção deve ser dada tanto em termos de controlo como de integração das comunidades imigrantes. "Reconhecemos o contributo positivo dos imigrantes legais para apoiar uma sociedade tolerante e multicultural", afirma o manifesto, acrescentando, no entan-



to, que também deve ser combatida com determinação a imigração ilegal e o tráfico e exploração de cidadãos. Combater o racismo e a xenofobia é também um dos compromissos eleitorais.

No domínio da segurança e da política externa, os socialistas querem "uma União Europeia forte, com uma voz nos fóruns internacionais, exigindo um mundo mais pacífico, justo e seguro. A União Europeia deve desempenhar um papel de liderança para criar um efectivo multilateralismo, permitindo que os países trabalhem em conjunto para

resolver os conflitos e responder às novas ameaças.

Promover a Europa como área de democracia e qualidade, é o quinto compromisso dos socialistas europeus, que defendem uma União Europeia baseada na democracia, respeito pelos direitos humanos, diversidade e respeito pela lei. Apoiam a inclusão da Carta dos Direitos Fundamentais na Constituição, pretendem lutar contra todas as formas de discriminação e reforçar as alianças contra as forças de extrema-direita.

PR

## RASMUSSEN PRESIDENTE DO PSE ANA GOMES VICE-PRESIDENTE

O dinamarquês Poul Nyrup Rasmussen é o sucessor do britânico Robin Cook como presidente do Partido Socialista Europeu, eleito no Congresso do PSE, que decorreu em Bruxelas nos dias 23 e 24 de Abril. Ana Gomes, responsável do PS para as Relações Internacionais, ficou como vice-presidente.

A disputa entre Rasmussen e o italiano Giuliano Amato foi renhida, acabando por a votação ser favorável ao ex-primeiro-ministro dinamarquês, que obteve 163 votos contra 157. Os 12 votos da delegação portuguesa foram determinantes para a vitória de Rasmussen.

De recordar que Rasmussen esteve recentemente em Portugal para participar na Convenção do Partido Socialista em que Sousa Franco foi anunciado como cabeça-de-lista do PS às eleições europeias.

Na altura, Rasmussen fez uma longa intervenção, muito aplaudida pelos presentes na Convenção, que incidiu sobre os desafios dos socialistas a nível europeu e mundial.

## SOARES SOLIDÁRIO COM RETIRADA DE TROPAS ESPANHOLAS DO IRAQUE

O eurodeputado socialista Mário Soares manifestou, na semana passada, em Madrid, solidariedade para com o recém-empossado presidente do Governo espanhol, o socialista José Luis Zapatero, por ter mandado retirar as tropas espanholas do Iraque.

"Estou solidário com Zapatero, no seu gesto de coragem e de dignidade em

mandar retirar as suas tropas do Iraque", disse Soares, que falava por ocasião do lançamento do seu livro "Memória Viva", que relata vários episódios da luta contra a ditadura e o reencontro com a democracia. Como seria de esperar, a reunião dos Açores, que juntou os líderes norte-americano, inglês, espanhol e português, veio à discussão. Mário Soares aproveitou para

dizer que "seria bom que a GNR regressasse a Portugal para ultrapassar essa 'fifia' dos Açores", e que agora "o Governo português não sabe como tirar esta bota".

Entre os presentes no lançamento no livro, destaque para o actual ministro da Defesa, José Bono, Raul Morodo, ex-embaixador em Portugal e Juan Luis Cebrian, fundador do jornal "El País".

**MANUEL DOS SANTOS**

# CONCILIAR A ESTRATÉGIA DE LISBOA COMO O PACTO DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO

Conciliar a Estratégia de Lisboa com o Pacto de Estabilidade e Crescimento foi a proposta feita pelo eurodeputado socialista Manuel dos Santos, na última sessão plenária de Estrasburgo, para relançar a economia europeia, tendo como pano de fundo a criação de emprego.

Para Manuel dos Santos, a União Europeia tem ao seu dispor "instrumentos eficazes, como os da Estratégia de Lisboa, mas também existem as limitações poderosas que decorrem da interpretação demasiado rígida do Pacto de Estabilidade e Crescimento".

O eurodeputado considera que a União "não deve continuar a iludir a realidade" e "ter coragem para introduzir todas as alterações indispensáveis à recuperação económica", mesmo que sejam necessárias mudanças substanciais nos mecanismos de coordenação e de supervisão existentes, designadamente no PEC.

Para Manuel dos Santos, é fundamental que as novas regras nesta área tenham em conta aspectos como a evolução do ciclo económico, a especificidade de cada Estado-membro e, sobretudo, "o papel do investimento público e das despesas de qualidade no quadro do desenvolvimento económico". Isto, obviamente, sem que seja posto em causa o esforço de



consolidação económica na Zona euro. Neste contexto, o eurodeputado defendeu "uma nova agenda para a Europa, centrada não nas prioridades de contenção do défice orçamental e da despesa pública, actualmente transformadas em obsessão, mas antes nos problemas da economia e do emprego. Na sua opinião, a Europa precisa de reformas

estruturais e dos meios financeiros para as levar a bom termo, "começando já a tardar as anunciadas propostas da Comissão Europeia sobre a inevitável revisão do PEC".

## **Apoiar os transportadores de países periféricos**

Por outro lado, Manuel dos Santos re-

clamou, no hemiciclo do PE, maior atenção para a situação dos transportadores dos países periféricos da UE, como Portugal, cuja capacidade competitiva poderá vir a ser afectada com a entrada em vigor de novas regras sobre as taxas/portagens aplicáveis à circulação de veículos pesados na Europa.

Segundo o eurodeputado, relator de um Parecer da Comissão dos Assuntos Económicos sobre aquela matéria, a alteração da chamada "Directiva Eurovinheta" - com o correspondente aumento das tarifas aplicáveis ao trânsito nas estradas e auto-estradas europeias - não poderá ignorar a "realidade específica" dos países mais periféricos e o possível agravamento de custos para os respectivos transportadores, por comparação aos do centro da Europa.

Para evitar tal distorção, Manuel dos Santos apresentou e viu aprovada pelo PE uma alteração à Directiva em causa, que solicita à Comissão e ao Conselho a definição de medidas especiais para os operadores de transporte dos países periféricos.

Manuel dos Santos disse ainda "estar de acordo" com os objectivos gerais que presidem à actualização da Directiva Eurovinheta: criar um sistema de financiamentos cruzados que facilitem a construção de alternativas em zonas particularmente sensíveis para o tráfego rodoviário, melhorar as condições de mobilidade de pessoas e bens no espaço comunitário, estimular a competitividade do sector dos transportes e regulamentar a internalização de todos os custos externos nos preços a pagar pelos utilizadores.

## **DÉFICE EXCESSIVO**

# CASACA PEDE À COMISSÃO PARA REVELAR CARTA ENTREGUE PELO GOVERNO EM BRUXELAS

A Comissão Europeia deve entregar com a máxima urgência a cópia da carta que a ministra portuguesa das Finanças entregou em Bruxelas, levando o executivo comunitário a levantar o procedimento por défice excessivo contra Portugal.

O pedido foi feito pelo eurodeputado socialista Paulo Casaca, numa pergunta dirigida à Comissão Europeia, depois de há duas semanas o líder do bancada na Assembleia da República, António José Seguro, ter lembrado o direito

constitucional que assiste ao parlamento português de conhecer o conteúdo do referido documento.

Na pergunta que dirigiu à Comissão, Paulo Casaca sublinha que, "de acordo com os princípios de rigor e de transparência que fazem parte do acervo comunitário, é fundamental que sejam conhecidos todos os compromissos em matéria orçamental feitos pelo Governo português".

António José Seguro desafiou a maioria parlamentar de direita a aceitar a criação de uma comissão independente que

fiscalize as contas públicas relativas a 2003, seguindo os mesmos critérios utilizados em 2001 quando o PS estava no Governo.

Esta fiscalização parlamentar, com uma comissão coordenada pelo Banco de Portugal, foi boa em 2001, pelo que também deve servir agora para o actual governo", disse o líder da bancada do PS.

As bancadas da maioria, no entanto, dando mostras de falta de transparência no comportamento, ignoraram o apelo.

## **CARLOS LAGE**

# COMISSÃO DEVE ACAUTELAR REESTRUTURAÇÕES CRIMINOSAS DAS MULTINACIONAIS

A Comissão Europeia deve criar legislação contra o comportamento de multinacionais que procedem a reestruturações criminosas, que vão destruir patrimónios importantes, como no caso da Sorefame em Portugal, afirmou no plenário do Parlamento Europeu o presidente da delegação portuguesa Carlos Lage, referindo-se ao caso da Bombardier.

"A Comissão Europeia deve ter

preocupações com a livre concorrência, mas também deve criar legislação contra o comportamento das multinacionais que procedem a reestruturações criminosas", afirmou. Aquilo a que a Comissão chama "reestruturação industrial" no processo Bombardier, "eu classifico-o de canibalismo industrial", sublinhou.

"Lamento dizer que a Comissão Europeia

se refugie em questões genéricas, ao ponto de quase querer suavizar o comportamento da Bombardier na reestruturação que a empresa está a realizar", lamentou o eurodeputado, que mostrou consternamento pelo facto do executivo comunitário, em resposta a uma questão parlamentar sua, ter afastado a possibilidade de intervir na resolução do caso da Bombardier.

## **HELENA TORRES MARQUES**

# TRANSAÇÕES EM EUROS DEVIAM TER SISTEMA ÚNICO DE PAGAMENTOS

A Europa deve dispor de um sistema seguro de pagamentos único para as transações em euros, com regras seguras, simultâneas e identicamente aplicadas em todo o Mercado Interno, afirmou a eurodeputada socialista Helena Torres Marques na última sessão plenária do Parlamento Europeu. A eurodeputada considerou indispensável a criação de um novo quadro legal que corrija as deficiências ainda existentes neste domínio, cujos efeitos são particularmente negativos para as empresas e os particulares. Ao intervir em plenário, Helena Torres Marques afirmou que a Comissão Europeia aguardou até ao limite que o sistema bancário europeu se auto-regulamentasse na sequência da criação da moeda única, mas o que acabou por se verificar "foi a existência de dois mercados para as transações: um nacional e outro internacional".

Para a eurodeputada, a situação "tem de ser corrigida e essa é uma das grandes tarefas da próxima legislatura do PE". Neste sentido, propôs "um novo enquadramento jurídico que permita dar aos cidadãos e às empresas a segurança que um sistema integrado de pagamentos exige".



# O QUE DISTINGUE O PS DA DIREITA EM MATÉRIA DE BASES DA EDUCAÇÃO

## 1. O PS apresentou propostas próprias

Logo que foi conhecida a intenção do Governo de rever a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em 1986 por amplo consenso parlamentar, o Partido Socialista iniciou um processo interno, conduzido pelos seus deputados da Comissão da Educação, para a elaboração de um projecto-lei próprio. Esse projecto, que foi apresentado em Junho de 2003, procurou respeitar a lógica democrática da lei vigente e avançar nos vários domínios em que a mudança se justificava, designadamente quanto à universalização da educação secundária, à organização do ensino superior, ao alargamento da rede nacional de educação e formação e ao desenvolvimento do subsistema de educação e formação de adultos. Depois da sua aprovação na generalidade, juntamente com a proposta do Governo e os projectos dos restantes partidos, o PS participou activamente na discussão pública, quer organizando iniciativas, quer intervindo nos debates desencadeados por sindicatos, associações de pais, associações de estudantes, escolas e outras entidades.

## 2. O PS procurou um consenso social e político

A actuação do PS orientou-se pelo princípio de que as bases da educação constituem uma questão estruturante da sociedade portuguesa. Haveria, pois, vantagem em construir, a seu propósito, um consenso social e exprimi-lo politicamente, designadamente através de um acordo parlamentar entre os partidos.

Esta foi a atitude e o discurso dos deputados do PS, nos múltiplos debates em que participaram. O acordo político implicaria necessariamente um entendimento entre PS e PSD. Mas ele teria de cumprir duas condições: a) acolher e integrar o resultado da discussão pública e da participação dos parceiros educativos; b) e representar um avanço, e não um retrocesso, face à lei de bases de 1986.

Quer nos encontros públicos, quer nos contactos estabelecidos entre partidos, foi sempre esta a linha de orientação dos socialistas: procurar um consenso, mas não a qualquer preço, um consenso útil e progressivo.

## 3. O PS interpretou politicamente o sentido do debate público sobre educação

Em função dos pareceres recebidos e das intervenções ocorridas ao longo do segundo semestre de 2003 e do primeiro trimestre de 2004, o Grupo Parlamentar do PS procedeu à revisão do seu próprio projecto-lei e apresentou propostas de alteração ao texto da proposta do Governo, de modo a haver condições e termos concretos para um entendimento político. Pôde assim esclarecer melhor, designadamente, o alcance das suas ideias em matéria de educação de infância, gestão e administração das escolas e formação de professores.

## 4. O PS recusou propostas gravosas apresentadas pelo Governo

Desde o início do debate público, o PS tornou claro que não admitiria retrocessos

em quatro pontos capitais: a) na natureza curricularmente unificada dos 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade; b) no desenvolvimento dos estudos pós-secundários e na generalização do ensino superior; c) na gestão democrática das escolas; d) nas responsabilidades próprias do Estado na provisão do serviço público de educação.

A teimosia da direita em tornar equivalentes o ensino público e o ensino particular e em atacar a gestão democrática inviabilizaram qualquer acordo.

## 5. A direita está a aprovar uma lei de bases que significará um retrocesso

Tal como ficará conformada pelas propostas do Governo e dos grupos parlamentares do PSD e do PP, a nova lei de bases provocará um recuo em domínios essenciais:

- desaparecerá o princípio da responsabilidade do Estado na promoção da democratização da educação, o que vai contra o texto da Constituição;
- não haverá nenhuma referência à obrigação de manter uma rede de estabelecimentos públicos dirigidos a todos, o que também viola a Constituição;
- desaparecerão princípios fundamentais na organização do ensino público, como a não confessionalidade e a impossibilidade do dirigismo doutrinário ou ideológico;
- manter-se-ão as barreiras administrativas ao desenvolvimento do ensino superior politécnico;
- prevê-se expressamente a possibilidade de as escolas serem geridas por não docentes e os gestores serem designados por outrem que não as escolas, o que viola os princípios da autonomia e da participação democrática;
- inventar-se-á uma suposta "rede nacional de serviço público", onde se dissolveriam as diferenças entre iniciativa pública e iniciativa privada;
- manter-se-á o estatuto de subalternidade da educação de adultos;
- são introduzidas ambiguidades preocupantes na concepção e organização da educação pré-escolar, da educação especial e do chamado ensino vocacional.

## 6. O PS liderará a contestação aos aspectos negativos da futura lei de bases

Nestes termos, o PS coloca-se em oposição à lei de bases da direita e lutará pela revogação dos seus muitos elementos negativos.



**AUGUSTO SANTOS SILVA**

COORDENADOR DO GP/PS  
PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO

**PORTUGAL SOCIALISTA**

**INFORMAR PARTIDARIAMENTE**



## TÚNEL DO MARQUÊS

TRAPALHADA DE SANTANA  
LEVA A SUSPENSÃO DAS OBRAS

A decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa de suspender as obras do túnel do Marquês resulta da "teimosia, arrogância e eleitoralismo" do presidente da Câmara, Pedro Santana Lopes, de não querer fazer o estudo de impacto ambiental, tal como o PS/Lisboa vinha exigindo desde há dois anos.

Em declarações ao "Acção Socialista", Miguel Coelho considera que "estas trapalhadas" do túnel são reveladoras da forma como o autarca laranja encara a cidade e a segurança dos cidadãos, adiantando ser "inadmissível" a pressão de Santana Lopes sobre a sentença do tribunal.

Por outro lado, o líder da Concelhia do PS/Lisboa considera ainda "inacreditável" a postura do presidente da câmara ao procurar "mandar as culpas para cima do Governo", acrescentando que "é pura hipocrisia dizer que não fez o estudo por culpa do Ministério do Ambiente, já que a sua obrigação era consultar o ministério antes da obra começar".

Recorde-se que desde a primeira hora o PS/Lisboa tomou posição sobre o túnel do Marquês, tendo Miguel Coelho apresentado um requerimento onde exigiu ao primeiro-ministro que esclarecesse se o ministro das Obras Públicas falava em



nome do Governo, quando afirmava ser desnecessário um estudo de impacto ambiental.

Num outro requerimento, desta vez em conjunto com o seu colega de bancada Pedro Silva Pereira, Miguel Coelho solicitou ao Ministério do Ambiente, com carácter de urgência, toda a correspondência trocada entre a tutela e a Câmara de Lisboa, incluindo os pareceres

elaborados sobre o túnel do Marquês.

Por último, o líder da Concelhia de Lisboa questionou a Alta Autoridade para a Comunicação Social sobre a manifestação de apoio a Santana Lopes, publicada em páginas de jornais diários. No requerimento, Miguel Coelho quer saber quem solicitou a publicação do referido anúncio e a quem foi debitada a factura da publicidade.

## AGRICULTURA

## MAIS UMA FRENTE EUROPEIA FALHADA

Perante a quase indiferença do Governo de direita, terminou em Bruxelas a negociação, crucial para o nosso país, do chamado "pacote mediterrânico" (olival, tabaco e algodão), no âmbito da aplicação da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) de Julho de 2003, então classificada pelo primeiro-ministro e pelo ministro da Agricultura como uma "grande vitória para Portugal".

O Grupo Parlamentar do PS, numa nota à imprensa divulgada no passado dia 22 de Abril, afirma que, "mais uma vez, as reiteradas promessas de aumentos de

novos direitos e de quotas de produção falharam rotundamente, tendo o próprio ministro da Agricultura partido para esta negociação com o único objectivo de não perder os direitos a 30 mil hectares de novas plantações de olival duramente conquistados em 1998".

Segundo o mesmo documento, "o aumento de área de plantação de algodão, que constituía uma grande oportunidade para Alqueva, dados os excelentes resultados experimentais obtidos, falhou também totalmente e a cultura do tabaco, de extrema

importância, pelo volume de mão de obra que ocupa nalgumas regiões do país como o distrito de Castelo Branco, desaparecerá completamente até 2010". Para os socialistas, só falta agora que Governo ouse clamar por mais uma "grande vitória" por ter conseguido, supostamente, no "olival" e no "algodão" não perder completamente os ganhos para o país conseguidos pelos governos do PS. "O que antes era inaceitável por insuficiente, representa agora grandes ganhos para o Governo PSD/PP", conclui ironicamente o texto.

REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
É ARMA DE ARREMESSO POLÍTICO

O Governo está a "defraudar as poucas expectativas" que os cidadãos ainda depositavam na propalada reforma da Administração Pública, com os trabalhadores "mais desmotivados do que nunca". O deputado socialista Fausto Coreia reagia assim às medidas anunciadas pelo primeiro-ministro para o sector, que considerou uma resposta ao "puxão de orelhas" dado no dia anterior, 25 de Abril, pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, ao Governo de Durão e Portas no Parlamento.

"Ficou tudo como dantes, 'quartil general em Abrantes'. A chamada reforma da Administração Pública é, para este Governo, uma mera arma de arremesso político, sobretudo quando a conjuntura lhe exige uma resposta a dificuldades crescentes", afirmou o coordenador da bancada do PS para as questões da Administração Pública.

Segundo Fausto Correia, "dos cinco diplomas até hoje aprovados pelo actual Governo, nenhum resolveu uma questão que fosse das dificuldades que os

cidadãos e as empresas sentem quando contactam com a Administração Pública".

"Hoje, mais do que ontem, os trabalhadores da Administração Pública sentem-se desmoralizados e desmotivados, com os seus direitos postergados", acusou ainda o candidato do PS ao Parlamento Europeu, para quem o Governo "defraudou as poucas expectativas que os portugueses ainda depositavam sobre uma eventual reforma" neste sector.

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FINANCIAMENTO DO SISTEMA  
NÃO PODE PREJUDICAR  
INVESTIGAÇÃO

O prazo de discussão pública do novo modelo de financiamento do sistema científico, tecnológico e de inovação deve ser alargado. Só assim é possível proceder-se à "revisão profunda" da proposta governamental, por forma a salvaguardar a transparência, a equidade e a adequação da mesma.

Lembrando que a política de ciência e tecnologia é "estruturante", não fazendo, por isso, qualquer sentido proceder-se a mudanças bruscas e radicais, o deputado socialista Augusto Santos Silva classificou, em nota à imprensa, de "absurdo" o facto do Executivo pretender "pôr tudo em causa e impor uma linha de orientação que, a ser concretizada, inverterá a tendência da evolução positiva que se verifica [neste sector] desde a segunda metade dos anos 90".

Para o coordenador do GP/PS para a área científica, "o modelo de financiamento apresentado pelo Governo enferma de muitos erros", destacando como os mais importantes a desvalorização da figura dos laboratórios associados, a discriminação negativa da investigação fundamental, o desinvestimento público nas ciências económicas e sociais. Por outro lado, sublinha ser "ridículo" os termos de referência para definir a excelência científica ao mesmo tempo que é negligenciada a avaliação dos centros e projectos de investigação por painéis.

PS/AÇORES PEDE  
INCONSTITUCIONALIDADE  
DA LEI DAS COMUNIDADES  
INTERMUNICIPAIS

O PS/Açores propôs à Assembleia Legislativa da região que solicite a inconstitucionalidade da lei das comunidades intermunicipais, uma vez que o parlamento regional não foi ouvido sobre a matéria.

A proposta foi entregue pelo grupo parlamentar socialista à Mesa da Assembleia dos Açores, mas só deverá ser apreciada e votada na sessão legislativa de Maio.

Os parlamentares socialistas justificam a medida por a Lei Geral da República não ter tido em conta os órgãos próprios da região, ao transferir para as autarquias competências que são do domínio do Governo açoriano.

O diploma nacional prevê a transferência para as comunidades intermunicipais de competências na área da Saúde, Educação, Ambiente, Protecção Civil, Transportes, Turismo e Desporto, até agora da responsabilidade do Estado.

Os socialistas açorianos defendem ainda que a legislação em causa apresenta uma inconstitucionalidade formal, tendo em conta que a Assembleia Regional não foi ouvida antes da elaboração do diploma.

**PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO****RUÍNAS DE TRÓIA  
AO ABANDONO**

O abandono do património arqueológico de Tróia e motivou um requerimento da deputada Maria Santos ao Ministério da Cultura para saber o que está o Governo para a preservação daqueles importantes vestígios históricos.

"Na península de Tróia situa-se um dos mais importantes patrimónios arqueológicos de Portugal. Todos esses vestígios estão à vista, mas votados ao abandono, entre a areia, os arbustos e as plantas bravias", escreveu a deputada socialista Maria Santos no documento dirigido ao ministro da Cultura, Pedro Roseta.

Salgas romanas onde se faziam conservas de peixe, uma basílica paleocristã, uma capela, uma necrópole e um mausoléu do século IV são alguns dos vestígios com importante valor histórico que podem ser encontrados em Tróia. Maria Santos sublinhou que as chamadas "ruínas de Tróia" têm sido vandalizadas e deixaram de ter protecção, que era feita através de guardas que moravam na zona.

Lembrando que as ruínas de Tróia são um dos "mais importantes locais de conserva de produtos do mar da Península Ibérica", a deputada pergunta ao ministro da Cultura o que está a ser feito para se salvaguardar aquele património. Os terrenos onde se situam as ruínas pertencem à Imoreia/Torraltá, uma sociedade do grupo SONAE, que firmou um Protocolo com o Instituto Português do Património Arquitectónico para a preservação do complexo histórico-cultural. No requerimento, Maria Santos questiona ainda quais as acções já tomadas pela sociedade do grupo SONAE e quando estarão abertas ao público as ruínas de Tróia.

**MERCADO IBÉRICO DE ELECTRICIDADE****ATRASO NA CONSTRUÇÃO DA  
REDE ALQUEVA/BALBOA DEVE  
SER EXPLICADO**

O Grupo Parlamentar do PS exige que o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território explique as razões pelas quais atrasou a emissão de um parecer sobre o estudo do impacto ambiental relativo à construção da interconexão da rede eléctrica ibérica de Alqueva/Balboa.

Num requerimento dirigido ao Governo, o deputado Ascenso Simões lembra que "a concretização do Mercado Ibérico de Electricidade vai obrigar à realização de um conjunto de infra-estruturas que o tornem efectivo nos prazos previstos no acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha".

Recorde-se que o reforço das interconexões eléctricas é um dos objectivos do "pacto" em que o nosso país obriga-se a concretizar, até ao final de 2004, a empreitada relativa à rede Alqueva/Balboa, obra que vai permitir abastecer cerca de 15 por cento do consumo nacional em hora de ponta. "A relevância desta infra-estrutura não pode deixar de merecer, da parte de todas as entidades públicas, uma linha verde que obrigue a administração à célere decisão", defendeu o parlamentar socialista, para quem se torna "indesculpável que o Ministério não tenha dado o seu parecer sobre o estudo de impacte ambiental em questão, sabendo que a empreitada deverá ser lançada até Junho, com o objectivo de se cumprir o combinado".

A interconexão de Alqueva/Balboa é a mais importante das que passarão a existir, uma vez que permite aumentar em 400 mega wats a capacidade de trocas de electricidade."

Ascenso Simões questiona igualmente a tutela sobre a existência do necessário parecer e sobre a eventualidade deste contemplar limitações, interdições ou desadequações às políticas de ordenamento do território e ambiente.

"A existirem, que medidas se propõe desenvolver no sentido de criar as condições para o lançamento da empreitada?", pergunta por último o deputado.

**ANTÓNIO GALAMBA DENUNCIA****DURÃO INSTRUMENTALIZA  
EURO 2004**

O deputado socialista António Galamba desafiou Durão Barroso a especificar quais os estádios que não teria construído para a realização do Euro 2004.

Em requerimento dirigido ao primeiro-ministro, o parlamentar do PS considera "inaceitável" e "irresponsável" que o Governo persista em oscilar convenientemente entre a demarcação em relação ao passado e a instrumentalização de projectos e iniciativas que foram herdados dos governos socialistas.

O Campeonato Europeu de Futebol 2004 é disto, segundo Galamba, um exemplo claro deste registo dual, pois ao mesmo tempo que a maioria pretende obter todos os louros da dimensão positiva do evento, remete para o anterior Governo os aspectos menos consensuais.

Depois de fazer referência às declarações do primeiro-ministro durante a sessão de abertura do Congresso dos Empresários da AEP, ocasião em que Durão Barroso enunciou a construção



de dez estádios de futebol para o Euro 2004 como um exemplo de mau investimento público, o deputado do PS questionou as razões pelas quais o Governo nunca concretizou este imperativo de consciência e deixou que se materializasse essa alegada falha de investimento público.

Por último, António Galamba propõe que o Executivo faça uma avaliação do impacto da construção dos dez estádios na economia local, regional e nacional, nomeadamente em termos de amortecimento de factores negativos decorrentes das políticas económicas adoptadas.

**COMBATE À EVASÃO FISCAL****PS PROPÕE AUDITORIA  
À DIRECÇÃO-GERAL DE IMPOSTOS**

A Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) deve ser sujeita a uma auditoria com a finalidade de "avaliar especificadamente os mecanismos de controlo que se encontram implementados para a utilização da informação para efeito de cruzamento de dados e controlo à

evasão fiscal".

Esta exigência do PS está vertida num requerimento entregue à Assembleia da República no passado dia 13 de Abril, onde também se lembra que "o combate à evasão fiscal foi uma das medidas anunciadas pelo Governo para o ano de 2004".

Dado que a equidade fiscal e o combate às situações de concorrência desleal devem ser prioritários, "importa assim avaliar o grau de eficácia e eficiência dos processos e procedimentos de controlo desenvolvidos pela Direcção-Geral" nomeadamente neste âmbito, defendem os socialistas.

**SAÚDE****HOSPITAL DE LAGOS CONTINUA  
SEM BLOCO OPERATÓRIO**

O atraso sucessivo da abertura do Serviço de Cirurgia do Hospital de Lagos, onde no mês passado se registaram dois óbitos sem que até agora tenham sido esclarecidas as causas, está a prejudicar claramente as populações dos concelhos de Lagos, Vila do Bispo e Aljezur.

Preocupado com a situação de impasse criada entretanto, o deputado socialista Luís Carito quer saber para quando o Ministério da Saúde pretende dar conhecimento público das conclusões do inquérito desenvolvido pela Inspeção-geral ao bloco operatório em questão e para quando a sua reabertura, "dado não existirem razões de índole técnica conhecidas que continuem a determinar o seu encerramento".

O parlamentar do PS pretende ainda que a tutela esclareça se mantém a intenção



de acoplar a gestão dos Hospitais de Lagos e do Barlavento Algarvio, criando um Centro Hospitalar e definindo quais as

valências e especialidades que pretende continuem a ser desenvolvidas na unidade hospitalar de Lagos.

# LIVROS DOS NOSSOS

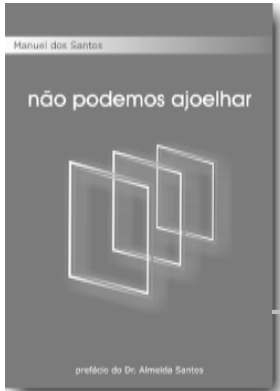
*Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.*

O Manuel dos Santos é, como bem sabe, um dos rostos do Partido Socialista. E não só no Porto, onde reside, nem apenas em Trás-os-Montes, de onde é natural, mas em todo o território nacional e agora também no cenário europeu. Economista de mão-cheia, da teoria e da prática, não resistiu desde muito novo à atracção da actividade política. Amante da Liberdade e da Democracia, ei-lo no PS antes mesmo do PS o ser. O Socialismo Democrático corre-lhe desde sempre na cabeça e no coração. Frontal e impulsivo, exige sempre aos outros o comportamento que ele próprio assume de modo inalterado. Porque é honrado e sério. Porque é igualmente coerente e determinado.

Solidário e convicto, entrega-se por vezes aos outros de maneira nem sempre correspondida. Porque é fraterno e livre. Porque é também defensor da Igualdade. Conheci-o já assim nos primórdios de Abril. Faz agora trinta anos. Tempo suficiente para conhecer (em pormenor) a personalidade do Manuel dos Santos. Que continua – acredite – fiel a si próprio. E aos seus princípios e aos seus valores – os mesmos de sempre!

Acompanhei de perto a sua actividade militante no Porto; o seu desempenho partidário enquanto dirigente local, distrital e nacional; as suas disputas internas e externas; os seus combates autárquicos; a sua intervenção parlamentar; a sua acção governativa; e, em último mas não por último, o seu trabalho no Parlamento Europeu.

Manuel dos Santos, meu camarada e meu



## O LIVRO

*Não podemos ajoelhar*

Manuel dos Santos

amigo, concedeu-me a distinção, como repara, de escrever o posfácio deste seu livro. Ainda por cima prefaciado por um querido amigo comum, o nosso António Almeida Santos, figura ímpar de cidadão, de jurista, de político, de homem do mundo, da cultura e de... coimbrinha, pois claro!

Mas a honra que o "Manel" me deu, como o leitor compreenderá, não fica sem troco. É que, em jeito de merecida homenagem, ousou dizer que este livro – que fui apreciando atentamente ao longo dos anos – poderia, em vez de "Não podemos ajoelhar", ter outros títulos candidantes: "Crónicas de um rebelde", "As razões de um discordante", "Um homem difícil", "Textos acutilantes", "Uma voz irónica", "Pensamentos mordazes", "O crítico de serviço". Mas não se pense que o "Manel" não é

gregário, colaborante, afectivo, contemporizador, verdadeiro, construtivo, cooperante. Antes pelo contrário! É tudo isso e mais aquilo que a sua escrita deixa visualizar com singular nudez.

O livro, como acabais de verificar, é excelente. Mas o Manuel dos Santos é ainda melhor! E por isso é um dos rostos – mais respeitados e mais credíveis e mais valiosos – do Partido Socialista. Seguramente porque ele nunca soçobrou. Afinal, "Não podemos ajoelhar" é, reconheço, o título mais apropriado! Que assenta ao autor e ao seu pensamento como uma luva. E que sintetiza uma postura a respeitar, um exemplo a reter, um caminho a seguir. Mais: um paradigma a homenagear. Com a razão e com o coração.

FAUSTO CORREIA

Opinião

# A ESTRATÉGIA CAMALEÓNICA

*Há bem pouco tempo os partidos do Governo apresentaram uma proposta de revisão constitucional que põe em causa o que de mais avançado existe na Constituição de 1976, conseguindo até a façanha de aproximá-la o mais possível da de 1933.*



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

Uma das características mais marcantes deste Governo é a de moldar-se à conjuntura, não hesitando em efectuar viragens de 180 graus quando considera que isso poderá contribuir para manter-se no poder. Se quisermos encontrar uma analogia para descrever este comportamento, não existe outra melhor do que a do camaleão, animal que tem a extraordinária capacidade de mudar de cor para moldar-se ao ambiente externo. No mundo político português a estratégia camaleónica do Governo PSD/PP tem enormes vantagens: ela

surge sempre como uma forma de branqueamento de responsabilidades relativamente à sua política de direita ou como uma espécie de profissão de fé em que é feito um apelo ao interesse nacional para fazer sair o país de uma crise social com a qual afirma nada ter a ver.

Um primeiro sintoma desta estratégia é a súbita conversão do Governo às preocupações sociais. Na primeira semana de Abril Durão Barroso anuncia que é "absolutamente sincera a convicção social" do Governo, mas que esta ainda não se manifestou porque foram necessários dois anos para "pôr a casa em ordem". A analogia da casa é sintomática do estilo do governamental: o país é uma coutada privada que uns "desarrumaram", mas que Durão Barroso & Cia, qual dona de casa modelo, se encarrega de "pôr em ordem". Só que enquanto se espera pelas medidas anunciadas – desde a prevenção do abandono escolar até ao aumento do investimento público – o desemprego aumenta, o país desindustrializa-se, os direitos dos trabalhadores sofrem reduções drásticas com a aplicação do Código de Trabalho e não resta aos jovens outra alternativa senão o trabalho precário sem direitos nem perspectivas.

Um segundo sintoma da estratégia governamental relaciona-se com as comemorações do 25 de Abril. Há bem pouco tempo os partidos do Governo apresentaram uma proposta de revisão constitucional que põe em causa o que de mais avançado existe na Constituição de 1976, conseguindo até a façanha de aproximá-la o mais possível da de 1933. Com a aproximação do trigésimo aniversário da Revolução de Abril, o PSD mudou de tática, relegando para os seus aliados do PP e para alguns correligionários iconoclastas a tarefa de continuarem a defender uma "revisão profunda" da Constituição de 1976, enquanto o primeiro-ministro se encarrega de protagonizar o *show off* das comemorações oficiais. Para além de ficarmos a saber que Durão Barroso, quando era militante do MRPP, se fez sócio de colectividades da margem sul do Tejo para poder ter acesso a livros proibidos, fomos também brindados com uma engenhosa encenação publicitária em que Abril deixou de ser Revolução, para se metamorfosear em Evolução. A avaliar pelos *slogans* televisivos e pelos *outdoors* da propaganda oficial, o evento é para o Governo um mero fenómeno estatístico: a diferença entre o pré e o pós-25 de Abril é apenas uma diferença de grau e não de qualidade. Pelo que tanto o comportamento de Durão Barroso no passado como o significado do 25 de Abril no presente se complementam: a adesão às bibliotecas da margem sul não passou de uma irreverência da juventude "esquerdista" do primeiro-ministro, da mesma forma que o 25 de Abril não constituiu uma ruptura revolucionária, em que a qualidade se transforma em quantidade, mas apenas um momento de uma série estatística cujos termos se distinguem apenas pelo sinal + ou -.

Em suma, com a aproximação das eleições europeias, é necessário mudar de pele e de cor, como o camaleão. Isso significa que, tal como no passado, o Governo começa a desvincular-se das próprias responsabilidades sobre o estado a que o país chegou para que não lhe peçam contas no futuro. Porém, o que Portugal mais necessita não é de uma estratégia camaleónica, mas de uma política que possa conduzir à resolução dos problemas sociais que dia a dia se agravam cada vez mais.

## MORREU ETELVINA LOPES DE ALMEIDA

# UMA VOZ INCÓMODA PARA O SALAZARISMO

A antiga jornalista e locutora, militante antifascista e ex-deputada socialista Etelvina Lopes de Almeida morreu aos 88 anos, vítima de doença prolongada em Tábua, distrito de Coimbra, onde presidia à Fundação Sara Beirão/António Costa Carvalho.

Etelvina Lopes de Almeida foi deputada pelo Partido Socialista à Assembleia Constituinte e Assembleia da República, tendo presidido em Estrasburgo a uma sessão do Parlamento Europeu para os Idosos, em 1993, durante a qual foi aprovada a Carta Europeia para os Idosos. Em 1995 foi agraciada pelo então Presidente Mário Soares com a Comenda da Ordem de Mérito.

Antes do 25 de Abril, desenvolve uma intensa actividade cívica e política contra a ditadura salazarista, que lhe valeu a demissão em 1948 da Emissora Nacional, por ter assinado um manifesto contra a censura, e do cargo de direita da revista "Modas e Bordados", em 1962, devido a ser um dos subscritores de um documento contra a guerra em África. Fez parte da Liga Portuguesa Feminina para a Paz e do Conselho Nacional das



Mulheres Portuguesas.

Nascida em Serpa, em 1916, a jornalista iniciou a sua carreira no jornal infantil "O Papagaio", tendo passado pelas redacções da Rádio Renascença e do jornal "O Século".

Sucedeu a Maria Lamas na direcção da revista "Modas e Bordados", de onde transitou para os microfones do Rádio Clube Português e da Emissora Nacional, em 1945. Escreveu vários romances e livros.

# NOVOS OUTDOORS DE PRÉ-CAMPANHA



Com o lançamento de quatro novos cartazes, o PS inicia agora outra fase da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu. Os novos cartazes apresentam uma mensagem que incide sobre alguns dos temas em que o Governo de direita mais tem feito notar a acção negativa das suas políticas, designadamente na economia, emprego, solidariedade e segurança. A nível da economia e do emprego, enquanto a União Europeia cresce, Portugal faz o percurso inverso e atravessa uma das piores crises desde o 25 de Abril. Os cortes nos direitos sociais e a insegurança, são igualmente domínios que afectam muitos milhares de portugueses e para os quais é necessário chamar a atenção para que o Governo mude de políticas.

**Acção**  
**Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt  
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval  
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33  
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)

[www.psp.pt/accao](http://www.psp.pt/accao)